

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

BRUNA SILVA DE MATTOS

SERVIÇO SOCIAL E PATRIARCADO: PERSPECTIVAS E RELAÇÕES

**São Borja
2021**

BRUNA SILVA DE MATTOS

SERVIÇO SOCIAL E PATRIARCADO: PERSPECTIVAS E RELAÇÕES

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Pampa, como requisito para a obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social.

Orientador/a: Prof^a Dr^a. Monique Bronzoni Damascena.

**São Borja
2021**

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos
pelo(a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do
Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais).

M435s

Mattos, Bruna Silva de
Serviço Social e Patriarcado: Perspectivas e Relações / Bruna Silva de Mattos.
62 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação)-- Universidade Federal do Pampa,
SERVIÇO SOCIAL, 2021.
"Orientação: Monique Bronzoni Damascena".

1. Serviço Social. 2. Patriarcado. 3. Produção do Conhecimento. 4. Gênero.

BRUNA SILVA DE MATTOS

SERVIÇO SOCIAL E PATRIARCADO: PERSPECTIVAS E RELAÇÕES

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Serviço Social, da Universidade Federal do Pampa, como requisito para a Obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 07 de maio de 2021.

Banca Examinadora:

Prof^ª. Dr^ª. Monique Bronzoni Damascena (Orientador/a)
Universidade Federal do Pampa

Prof^ª. Dr^ª. Andreia Cristina da Silva Almeida
Universidade Federal do Pampa

Prof^ª. Dr^ª. Monique Soares Vieira
Universidade Federal do Pampa



Assinado eletronicamente por **MONIQUE BRONZONI DAMASCENA, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 14/06/2021, às 14:21, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **ANDREIA CRISTINA DA SILVA ALMEIDA, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 12/06/2021, às 08:50, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **MONIQUE SOARES VIEIRA, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 14/06/2021, às 16:13, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.unipampa.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0546417** e o código CRC **EDDA02EA**.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço a Deus, pela força e perseverança durante a graduação e pela conquista em me formar bacharela em Serviço Social.

À Universidade Federal do Pampa e a todos os/as docentes por me propiciarem um nível de qualidade em ensino.

À minha orientadora, por me proporcionar incentivo em minha pesquisa e confiança em meus potenciais, a qual possuo grande admiração.

Aos meus pais, pelo apoio em meus estudos e confiança nas minhas capacidades.

Ao meu companheiro, pelo encorajamento a persistir até o fim.

Às minhas colegas de curso: Bruna Brittes e Deise Almeida, que ao longo da graduação se tornaram minhas melhores amigas e companheiras em todos os momentos.

Ao meu primo Lucas, que me impulsionou a começar essa etapa.

Enfim, agradeço a mim mesma, por me tornar quem eu sou hoje.

RESUMO

A presente pesquisa tematiza teoricamente as discussões entre Serviço Social e Patriarcado. Se delimita ao realizar uma análise na produção do conhecimento – artigos científicos da área do Serviço Social – a partir do ano de 2000, no Brasil. A opção pela análise deste tema, se justifica ao contribuir com a reflexão crítica em apresentar elementos relacionados à perspectiva patriarcal, considerados como “naturais” na sociedade e no Serviço Social. O referido estudo possui como objetivo geral, analisar a relação do patriarcado com o Serviço Social na produção do conhecimento, de modo a apreender as influências dessa ideologia na profissão. A produção do conhecimento selecionada como amostra, são da autoria de Alves (2018), Cisne (2018), Duriguetto e Alagoano (2018), Lisboa (2010), Lole (2016) e Sousa e Sirelli (2018). Como percurso metodológico, agrega a pesquisa qualitativa do tipo exploratória, sendo os dados coletados a partir de pesquisa bibliográfica, especificamente de artigos científicos da plataforma SciELO, contando como método de análise da realidade, o método dialético crítico, e para análise dos dados, a análise de conteúdo. Foi necessário agregar ao estudo o seguinte conjunto de categorias empíricas: feminismo, gênero, relações sociais de sexo e divisão sexual do trabalho, por serem essencialmente vinculadas ao conceito de patriarcado. Os resultados alcançados indicaram três formas de relação entre Serviço Social e Patriarcado: no trabalho dos/das assistentes sociais, no público usuário/a desses/as profissionais e nas demandas que emergem no cotidiano profissional, predominantemente associadas a questão de gênero.

Palavras-Chave: Serviço Social. Patriarcado. Produção do Conhecimento. Gênero.

RESUMEN

La presente investigación teoriza teóricamente las discusiones entre Servicio Social y Patriarcado. Se delimita al realizar un análisis en la producción de conocimiento - artículos científicos en el campo del Trabajo Social - desde el año 2000, en Brasil. La opción por analizar este tema se justifica por contribuir a la reflexión crítica al presentar elementos relacionados con la perspectiva patriarcal, considerada como “natural” en la sociedad y en el Trabajo Social. Este estudio tiene como objetivo general, analizar la relación del patriarcado con el Trabajo Social en la producción de conocimiento, con el fin de aprehender las influencias de esta ideología en la profesión. La producción de conocimiento seleccionada como muestra es de Alves (2018), Cisne (2018), Duriguetto y Alagoano (2018), Lisboa (2010), Lole (2016) y Sousa y Sirelli (2018). Como camino metodológico, agrega la investigación exploratoria cualitativa, con datos recolectados de la investigación bibliográfica, específicamente de artículos científicos en la plataforma SciELO, contando como método de análisis de la realidad, el método dialéctico crítico, y para el análisis de datos, el análisis de contenido. Fue necesario agregar al estudio el siguiente conjunto de categorías empíricas: feminismo, género, relaciones sociales de sexo y división sexual del trabajo, por estar esencialmente ligadas al concepto de patriarcado. Los resultados alcanzados indicaron tres formas de relación entre Servicio Social y Patriarcado: en el trabajo de los trabajadores sociales, en el público que utiliza a estos profesionales y en las demandas que surgen en la rutina profesional, predominantemente asociadas al género.

Palabras clave: Trabajo social. Patriarcado. Producción de conocimiento. Género.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
2	A RELAÇÃO ENTRE SERVIÇO SOCIAL E PATRIARCADO: CONCEITOS GERAIS E REVISÃO DE LITERATURA.....	11
2.1	Patriarcado e suas Representações	11
2.2	Características do Patriarcado no Serviço Social.....	13
2.3	O Projeto Ético-Político como Elemento de Resistência do Serviço Social em Relação ao Patriarcado....	16
3	PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA.....	19
3.1	Tipo de Pesquisa ...	20
3.2	Método de Análise da Realidade ...	21
3.3	Técnicas e Instrumentos	22
3.4	Universo e Amostragem ...	23
3.5	Análise dos Dados da Pesquisa ...	25
3.6	Pressupostos Éticos	26
4	RESULTADOS DA PESQUISA: A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO EM RELAÇÃO AO SERVIÇO SOCIAL E PATRIARCADO	27
4.1	A Relação Teórica entre Serviço Social e Patriarcado	28
4.1.1	As Relações Históricas, Econômicas e Políticas entre o Serviço Social e o Patriarcado	28
4.1.2	Considerações Acerca de Feminismo e Gênero ...	31
4.1.3	Patriarcado: Concepções e Relações	33
4.1.4	Relações Sociais de Sexo e Divisão Sexual do Trabalho	36
4.2	Serviço Social e Patriarcado: Elementos de Resistência	40
4.2.1	Processos de Resistência.....	41
4.2.2	Perspectivas de Resistências do Serviço Social em Relação ao Patriarcado.....	43
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	46
	REFERÊNCIAS	52
	APÊNDICE A – FICHA BIBLIOGRÁFICA.....	59
	APÊNDICE B – UNIVERSO E AMOSTRAGEM.....	61

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo possui como objetivo central, analisar a relação entre Serviço Social e patriarcado. A pesquisa se delimita ao realizar a análise na produção do conhecimento – artigos científicos da área do Serviço Social – a partir do ano de 2000, no Brasil.

Este estudo buscou contribuir com a ampla percepção e reflexão social ao apresentar elementos tidos como “naturais” que partem de uma formação patriarcal. E, ao relacionar patriarcado com o Serviço Social, possibilitou a apreensão e a articulação de categorias teóricas para a discussão e visualizações das resistências nesse campo.

Ao perceber a relação entre Serviço Social e patriarcado na produção do conhecimento dessa área, foi possível analisar o quanto a categoria profissional constatou como discussão pertinente para apreensão de processos de dominação, exploração e opressão.

Esta pesquisa se propôs responder ao seguinte objetivo geral: *Analisar a relação do Patriarcado com o Serviço Social na produção do conhecimento – artigos científicos na área de Serviço Social – a partir do ano de 2000 no Brasil, de modo a apreender as influências dessa ideologia na profissão.*

Para dar conta do objetivo geral, foram elaborados os seguintes objetivos específicos: a) *levantar a produção do conhecimento – artigos científicos da área do Serviço Social – que abordam a relação entre Serviço Social e Patriarcado a partir do ano de 2000 no Brasil;* b) *identificar elementos históricos, políticos e econômicos na produção do conhecimento da área de Serviço Social que evidenciam possíveis relações, ou não, entre a profissão e o Patriarcado;* e, c) *apreender estratégias do Serviço Social que visam à resistência da reprodução da ideologia patriarcal na profissão.*

A escolha pela presente temática decorreu dos diversos processos de reflexões realizados em sala de aula, durante a graduação. Sobretudo de reflexões em torno das questões de gênero, as quais determinam comportamentos “adequados” para cada sexo. O estudo dessas questões por meio de uma perspectiva crítica possibilitou na contribuição pessoal de uma desnaturalização e desconstrução desses processos, quanto ao cotidiano.

O interesse pela questão do patriarcado especificamente, surgiu em decorrência de ser a base originária de inferiorização da mulher em sociedade, que permanece ainda

muito explícita. Logo, necessita ser discutida de forma crítica, ao considerar seu processo de naturalização em meio às relações sociais, onde o homem possui poderes sobre as mulheres. E ao relacionar-se com o Serviço Social, seria possível refletir o quanto suas manifestações afetam, também, a profissão.

A relevância social desse estudo, se destaca a partir da percepção de que o patriarcado, desde suas raízes, constitui um processo de dominação e opressão contra as mulheres. Um movimento que em tempos passados se apresentava apenas em âmbito familiar, entretanto, nos dias atuais essas desigualdades se expandiram, se manifestando em todos os espaços societários, portanto a importância em criticá-las, de modo a pensar e construir estratégias de enfrentamento.

Para o meio acadêmico, essa discussão concerne em processos de reflexão referentes à profissão, pois por ser constituída majoritariamente por mulheres desde sua origem, necessita que seu processo histórico seja apreendido de forma crítica, de modo a não reafirmar determinações patriarcais. Logo, são necessárias mais discussões sobre esse desenvolvimento no meio acadêmico, de modo a elucidar essas atribuições.

Por meio do estado da arte, foram identificados poucos artigos científicos que relacionavam as categorias teóricas *Serviço Social* e *patriarcado*. Em maioria, os artigos não discutem essas dimensões de forma associada e central, todavia, de maneira transversal ou complementando outras discussões como gênero, feminismo, entre outras.

A metodologia desta pesquisa, estabeleceu-se a partir de uma pesquisa qualitativa do tipo exploratória, que analisou dados coletados na pesquisa bibliográfica, proveniente de artigos científicos da plataforma Scientific Electronic Library Online (SciELO). O método de análise da realidade foi o método dialético-crítico e para a análise dos dados, utilizou-se da análise de conteúdo.

A estrutura deste Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), no que se refere aos elementos textuais, está organizada em três capítulos: o primeiro busca evidenciar uma revisão de literatura diante conceitos mais gerais relacionados a presente temática; a seguinte discorre sobre a metodologia da pesquisa que se pretende percorrer, de modo a alcançar os resultados propostos; e o último capítulo, apresenta os resultados da análise. Por fim, tece-se algumas considerações finais em face do objetivo proposto para a pesquisa.

2 A RELAÇÃO ENTRE SERVIÇO SOCIAL E PATRIARCADO: CONCEITOS GERAIS E REVISÃO DE LITERATURA

Com objetivo de destacar a aproximação entre o Serviço Social e o patriarcado, se faz necessário primeiramente elucidar aspectos conceituais e contextuais que envolvem a categoria patriarcado, de modo a apreender suas representações em sociedade. A partir desta apreensão, será possível elencar seu movimento em relação ao Serviço Social, a fim de perceber suas particularidades na profissão. Com o entendimento da associação entre Serviço Social e patriarcado, serão demonstrados, posteriormente, elementos de resistência que podem ser incorporados por esses/as profissionais.

Este referencial teórico, portanto, divide-se em 3 (três) seções: na primeira, se propõe abordar questões no que se refere ao conceito de patriarcado e de suas representações em sociedade. A seguinte busca demonstrar se há ou não, relações patriarcais no Serviço Social, e de que forma se manifestam. E na última seção, pretende-se apresentar elementos considerados como resistência do Serviço Social em relação aos aspectos patriarcais.

2.1 Patriarcado e suas Representações

Propõe-se apresentar nesta subseção, concepções e contextualizações em torno da categoria patriarcado, de modo a apreender seu processo histórico de instauração e representação. Evidenciam-se, também, apontamentos sobre o sistema capitalista, que aliado aos elementos patriarcais, provoca amplas contradições.

Para Lerner (2019, p. 350), “[...] o patriarcado é uma criação histórica formada por homens e mulheres em um processo que levou quase 2.500 anos até ser concluído”. Inicialmente, o patriarcado se apresentava como um Estado arcaico, em que a organização básica era a família, a qual criava e expressava suas regras e valores no que se refere aos comportamentos apropriados para cada sexo, se tornando parte de uma construção social.

O patriarcado se revela como uma formação social, conforme Delphy (2009), cujos poderes supremos pertencem aos homens, portanto é definido como um sistema que necessita ser superado. Saffioti (2015) corrobora com essa perspectiva, pois

considera esse fenômeno como um regime de dominação-exploração e de superioridade dos homens sobre as mulheres, que se expressa não apenas no núcleo familiar, todavia, na totalidade da sociedade. Nesse sentido, destacam-se algumas características do patriarcado:

1 – Não se trata de uma relação privada, mas civil; 2 – dá direitos sexuais aos homens sobre as mulheres, praticamente sem restrição; [...] 3 – configura um tipo hierárquico de relação, que invade todos os espaços da sociedade; 4 – tem uma base material; 5 – corporifica-se; 6 – representa uma estrutura de poder baseada tanto na ideologia quanto na violência. (SAFFIOTI, 2015, p. 57-58).

A autora caracteriza o patriarcado como um processo estrutural que ideologiza hegemonicamente e hierarquicamente as relações sociais civis, em uma perspectiva de atribuição de poder aos homens, configurada em direitos sexuais e de violência sobre as mulheres.

De acordo com Carnoy (1988, p. 93), para Gramsci, “[...] a hegemonia significa o predomínio ideológico das classes dominantes sobre a classe subalterna na sociedade civil”, sendo um processo de controle que molda universalmente a sociedade. Nesse caso, uma ideologia capitalista que permeia a ordem patriarcal, “[...] o homem é o burguês e a mulher representa o proletário” (ENGELS, 1984, p. 80), em uma relação demasiada desigual entrelaçada nas contradições de classe e gênero.

O patriarcado e o capitalismo constituem um quadro estrutural sistêmico de desigualdades, que por sua vez, não são fenômenos propriamente distintos, pois se manifestam em dimensões específicas, em um processo multidimensional. “A ideologia patriarcal e capitalista tem, portanto, cunho econômico e político e apresenta limites quando articuladas, impedem o avanço de um novo modelo de relações no qual os papéis não estejam cristalizados e fundamentados em relações de desigualdade”. (OLIVEIRA; MEDEIROS, 2015, p. 274). O que traduz ainda mais em obstáculos para a vida das mulheres.

Embora o patriarcado possua uma formação “[...] anterior ao modo de produção capitalista, o mesmo ajusta-se às suas determinações contemporâneas”, conforme Oliveira e Medeiros (2015, p. 266). Pois, de acordo com Barroso (2018), o capitalismo o manteve vivo por necessidade de subsistir as relações sociais capitalistas, o que transformou o antigo patriarcado, em um sistema de dominação-opressão muito maior, mais forte e sólido. Essa articulação intensificou ainda mais as questões de

inferioridade da mulher, e também possibilitou que suas ações sejam reproduzidas por qualquer pessoa, inclusive mulheres.

O patriarcado ao ser reproduzido por mulheres reforça a lógica da dominação masculina, pois esse fenômeno estabelece que a mulher e sua sexualidade sejam objetos para o homem. Dessa forma, atinge também a população de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transsexuais (LGBT), por impor relações unicamente heterossexuais e binárias. (CISNE; SANTOS, 2018).

A dominação masculina se tornou resquício de um patriarcado que se mantém em permanente transformação. Por exemplo, na Roma antiga os patriarcas detinham o poder sobre suas mulheres de vida ou morte, hoje tal poder já não existe, porém seus traços permanecem vivos ao se expressarem no feminicídio. (LERNER, 2019).

Dado o exposto, o patriarcado se configura, portanto, como uma estrutura histórica e social que ideologiza de forma hegemônica as relações de poder. Suas representações se estabelecem a partir da organização hierárquica entre o homem e a mulher, em que a figura masculina é superiorizada em relação à feminina. Por ser um processo constituído há milênios de anos, contém seus valores entranhados na sociedade. O capitalismo ao se associar ao patriarcado reuniu sólidas e fortificadas representações patriarcais-capitalistas, formando um sistema duplamente dominante.

2.2 Características do Patriarcado no Serviço Social

As representações patriarcais que se estabelecem com o predomínio da figura masculina na sociedade capitalista, não estão desvinculadas da gênese do Serviço Social, bem como, do predomínio do sexo feminino entre assistentes sociais e usuários/as. Nesta subseção serão abordadas essas particularidades, de modo a apreender as relações que se situam nesse contexto.

As relações entre Serviço Social e patriarcado, se evidenciam desde a gênese da profissão, portanto faz-se necessário apresentar um breve resgate histórico desse processo. A origem do Serviço Social brasileiro, segundo Cardoso (2016, p. 435) ocorreu “[...] no âmbito da contradição capital/trabalho, ou melhor, da necessidade de o Estado e a burguesia industrial em criar mecanismos de apaziguamento e atenuação das expressões dessa relação”, na década de 1930. Em 1936, foi inaugurada a primeira Escola de Serviço Social na cidade de São Paulo, um curso focado apenas para

mulheres advindas da Igreja Católica e provenientes da burguesia paulistana. O Serviço Social, portanto, foi fruto das classes dominantes capitalistas, impulsionado pela Igreja, o que lhe atribuiu características conservadoras. (CARDOSO, 2016).

No decorrer desse contexto histórico, o Serviço Social permaneceu nesse seguimento, sendo caracterizado como uma assistência clientelista, e gerido por assistentes sociais do sexo feminino, que apresentavam práticas procedentes de valores religiosos. Essa lógica de caridade, tutela e harmonia iniciada pelas assistentes sociais, permaneceu por décadas, sendo reproduzida para/com a classe trabalhadora, concretizando e naturalizando historicamente a responsabilidade da profissão como uma carreira formada majoritariamente por mulheres. No entanto, é importante destacar que o Serviço Social não foi constituído pela figura feminina por acaso, pois esse processo teve como influência, valores simbólicos permeados pela estrutura patriarcal, (BOLZAN, 2015).

Conforme Barroco (2015), a estrutura patriarcal dita configurações em uma perspectiva natural e conservadora, além de reproduzir ideologias e valores fundados historicamente, preservados por tradições e costumes. Essas configurações conservadoras da estrutura patriarcal possuem o objetivo de reificar as dimensões da esfera social, e obscurecer as determinações que geram contradições na realidade.

O Serviço Social possui como postura de militância em seu exercício profissional, a práxis feminista, que direciona suas ações na perspectiva de uma sociedade organizada no enfrentamento e resistência de valores patriarcais, capitalistas e racistas em prol da igualdade. Todavia, desviar dessas armadilhas impostas pelo conservadorismo, pode ser um desafio para a categoria profissional, ao considerar sua interiorização na sociedade e seu poder de gerar diversas expressões de desigualdade da questão social. (CFESS, 2019).

A questão social é o objeto de trabalho do/a assistente social, que pode ser apreendida conforme Yamamoto (2000, p. 27), como “[...] o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista [...]”, que representa uma imensa fratura entre o desenvolvimento das forças produtivas, e das relações sociais que a sustentam. Essas expressões de desigualdade da questão social partem da ordem patriarcal, capitalista e racista, e geram determinações no âmbito das questões relacionadas ao gênero, classe e raça.

O cotidiano profissional é fortemente marcado pela questão de gênero, e se define de duas formas: “[...] a) O trabalho profissional em Serviço Social foi e é

basicamente exercido no meio de mulheres e por mulheres; b) a grande maioria dos usuários atendidos foi e é constituído por pessoas do sexo feminino”. (FAURY, 2003, p. 109). Nesse contexto, se destaca que o/a profissional, além de intervir¹ nessas relações de gênero, pode também se situar nesse mesmo espaço.

[...] o Serviço Social está entre as cinco profissões brasileiras que mais empregam mulheres. Na década de 1970 era a segunda profissão com maior concentração de mulheres no país; nos Censos de 1980, 1991 e 2000 assumiu como a profissão de nível superior mais feminina do Brasil. Na virada do século XXI, em 2006, a profissão mantém a alta taxa de feminização em nível nacional, com 95,3% de mulheres. (SIMÕES, 2012 apud BOLZAN, 2015, p. 311-312).

As determinações patriarcais no Serviço Social se apresentam como processos históricos de construção em torno da feminização da profissão, que resultaram na prevalência de mulheres assistentes sociais, mesmo ainda, no século XXI no Brasil. A questão da divisão sexual do trabalho incorporada na distribuição desigual de homens e mulheres no mercado de trabalho, também é outro fator que evidencia aspectos do patriarcado na profissão – além da contradição do capitalismo –, que determina e naturaliza essa organização de desigualdades no cotidiano profissional.

Nos espaços ocupacionais, o cotidiano das/os assistentes sociais e as demandas atendidas pela categoria estão imbricadas no gênero: violência contra a mulher, trabalho doméstico, abuso sexual e moral, direitos reprodutivos, planejamento familiar, aumento de mulheres chefiando famílias, presídios femininos, movimento LGBT; entre outras. (BOLZAN, 2015, p. 313).

A sobreposição do patriarcado, além de se apresentar na própria profissão, também se expressa no objeto de trabalho dos/as assistentes sociais, em demandas que denotam particularidades dessa formação social de desigualdades. O patriarcado é um dos determinantes das expressões de desigualdade da questão social, que se envolve em todos os espaços societários, “[...] seja na forma desigual que a mulher se insere no mercado de trabalho, em sua dupla ou tripla jornada de trabalho, nas múltiplas violências de gênero sofridas, na forma como se veem como inimigas, dentre outras questões”. (BATISTA, 2017, p. 54). O que reafirma a mulher como o principal sujeito prejudicado por essa estrutura de opressão.

¹ Segundo Faury (2003, p. 108), “[...] o Serviço Social utiliza o conceito de intervenção no sentido de trabalhar os relacionamentos sociais, na perspectiva de mediação. A intervenção seria uma ação profissional que tem uma intenção: modificar ou alterar uma determinada situação social [...]”.

2.3 O Projeto Ético-Político como Elemento de Resistência do Serviço Social em Relação ao Patriarcado

Tendo em vista que as relações do patriarcado se apresentam contraditoriamente no Serviço Social, tanto para a categoria profissional, quanto para os sujeitos que são atendidos pelos/as assistentes sociais, se faz indispensável discutir elementos de resistência em relação a essas determinações de desigualdade circunscritas nas expressões da questão social. Nesse sentido, a reafirmação do projeto ético-político se faz necessária. Com destaque, ainda, para dois elementos do projeto ético-político: a formação continuada e a produção do conhecimento do Serviço Social.

O projeto profissional do Serviço Social, conforme Teixeira e Braz (2009), se localiza entre duas dimensões: as condições macro societárias, que estabelecem o terreno sócio histórico da profissão, e as respostas ético-políticas dos/as assistentes sociais. Dessa forma, se apreende que os projetos profissionais, assim como o projeto ético-político do Serviço Social:

[...] apresentam a autoimagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam os seus objetivos e funções, formulam os requisitos (técnicos, institucionais e práticos) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as balizas da sua relação com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais, privadas e públicas. (NETTO, 1999, p. 4).

Os projetos profissionais são apreendidos como um ideal de ações que possibilitam um exercício profissional concreto. Apresentam relações da profissão com os usuários, com outros profissionais, instituições públicas e privadas, entre outros, em uma perspectiva de comprometimento com os valores que legitimam o Serviço Social. Assim, o projeto ético-político do Serviço Social possui entre seus elementos constitutivos:

[...] a explicitação de princípios e valores ético-políticos; [...] matriz teórico-metodológica em que se ancora; [...] crítica radical à ordem social vigente – a da sociedade do capital – que produz e reproduz a miséria ao mesmo tempo em que exhibe uma produção monumental de riquezas; [...] o quarto se manifesta nas lutas e posicionamentos políticos [...]. (TEIXEIRA; BRAZ, 2009, p. 7-8).

Esses aspectos se estabelecem na atuação ética e política do/a profissional. Sua articulação é por meio da base teórica marxista, que possibilita à categoria profissional

criticar as determinações capitalistas e patriarcais que posicionam a mulher em um espaço inferior em comparação ao homem na sociedade.

Para alcançar visibilidade social, os elementos constitutivos do projeto ético-político, podem ser materializados por meio do conjunto de leis da profissão: Código de Ética de 1993, Lei da Regulamentação da Profissão de 1993 e as Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) de 1996. E também, pelo intermédio em instâncias de organização política e coletiva, que possibilitam construir espaços mais democráticos, como ABEPSS, Conselho Regional de Serviço Social (CRESS), Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), Centros e Diretórios Acadêmicos das unidades de ensino (CAs/DAs) e Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO). (TEIXEIRA; BRAZ, 2009).

A materialização dos elementos constitutivos do projeto ético-político do Serviço Social, portanto, viabiliza a construção de estratégias de resistência para o enfrentamento de aspectos dominantes gerados pela ordem patriarcal e capitalista incorporadas ao meio social. Outra forma de resistência em relação a essas determinações é o aprimoramento de uma formação continuada por parte dos/as assistentes sociais, que se faz eficaz para a atualização e busca de novos conhecimentos. Principalmente, para apreender a essência da realidade dos sujeitos e o contexto social e estrutural que estão inseridos.

Entre um dos princípios fundamentais do Serviço Social, está o “compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional” (BRASIL, 2012, p. 24), o que pressupõe a busca constante pela qualificação e formação profissional.

A formação continuada possui como ponto de partida, a sistematização e a reflexão baseadas no cotidiano profissional, um processo que permite aos/às assistentes sociais perspectivas críticas sobre a realidade social, e sobre os processos em que estão inseridos. Logo, proporciona aos/as mesmos/as, mediações em amplas e complexas relações representadas pela organização da sociedade. (CARTAXO, MANFROI; SANTOS, 2012).

Se ressalta que além de agir na perspectiva do projeto ético-político e adquirir novos e atualizados conhecimentos na formação continuada, os/as profissionais também contam com outro fator de resistência em relação às desigualdades societárias, que se refere a produção de novos conhecimentos. Sua importância vai ao encontro de revelar a

essência de determinadas realidades, ao passo que evita desafios traduzidos em moralismo e senso comum.

Netto (2009 apud ASSUNÇÃO *et al.*, 2013, p. 5), define que “[...] a produção do conhecimento é de fundamental importância para categoria profissional tendo em vista que essa junto às agências de fomento firma o Serviço Social enquanto área de conhecimento”. O papel desses/as profissionais está diretamente ligado à apreensão e leitura do funcionamento da sociedade e das ordens estruturais instituídas, em um processo de aproximação com as particularidades concretas.

Conforme Fortuna e Guedes (2020, p. 30), “[...] a produção do conhecimento sobre a realidade social torna-se requisito fundamental para a construção de uma trajetória profissional orientada por uma direção política e ética”, livre e autônoma, que pode ser materializada na luta coletiva em busca do seu significado social.

Alguns dos espaços mais importantes em que a produção do conhecimento na área de Serviço Social pode ser socializada se referem aos congressos, eventos, grupos temáticos, entre outros encontros da categoria, que possibilitam fortalecer a consolidação do conhecimento adquirido. Podem acontecer também, dentro do próprio espaço de atuação dos/as assistentes sociais, materializado não apenas como uma pesquisa, mas como relatos de experiências que foram acompanhadas pelo Serviço Social no cotidiano profissional. (ASSUNÇÃO *et al.*, 2013).

Apreende-se, portanto, que o processo de resistência do Serviço Social em relação aos aspectos capitalistas e patriarcais instituídos no cotidiano profissional, parte de elementos como: o projeto ético-político, o qual elege os valores que legitimam a profissão; o conhecimento adquirido na formação continuada, que propicia novas perspectivas sobre o movimento da sociedade; e a produção do conhecimento, que materializa e consolida a questão crítica e combativa do Serviço Social, que possibilita a apreensão da realidade social para a intervenção profissional.

3 PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA

Este capítulo trata de apresentar o processo metodológico da pesquisa deste estudo, de forma a elucidar o percurso perpassado para alcançar os resultados dos objetivos propostos. Para seu desenvolvimento, foram considerados fatores de análise que de forma suscetível correspondessem a finalidade pretendida, como o tipo de pesquisa, a percepção do método, as técnicas e instrumentos, entre outros que serão abordados na sequência.

Conforme Minayo (2009, p. 14), “[...] entendemos por metodologia o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade.” Logo, inclui métodos e técnicas em uma perspectiva de associar concepções teóricas com a realidade empírica. É propiciar que o objeto de pesquisa seja apreendido de forma eficaz, tendo em vista a cientificidade e criticidade sobre determinada realidade.

Como parte da metodologia, têm-se a pesquisa, a qual é conceituada por Marconi e Lakatos (2003, p. 155), como “[...] um procedimento formal, com método de pensamento reflexivo, que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais.” A realidade se encontra em constante movimento, em um processo que não se limita à teoria, pois surgem novas modificações, experiências, histórias, que transformam as vivências destas realidades.

Ao utilizar a pesquisa como um dos procedimentos metodológicos para analisar determinada realidade, se faz necessário também, definir um método. De acordo com Gil (2008, p. 8), “[...] pode-se definir método como caminho para se chegar a determinado fim. E método científico como o conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos adotados para se atingir o conhecimento.” Todavia, existem diversos métodos científicos, visto que, todas as ciências se caracterizam pela utilização destes.

Tendo em vista os aspectos conceituais mencionados no que se refere a metodologia de uma pesquisa, na sequência será evidenciado o percurso optado para realizar o presente estudo. As etapas metodológicas se estruturam, portanto, em: tipo de pesquisa; método de análise da realidade; técnicas e instrumentos; universo e amostragem; análise dos dados da pesquisa; e, pressupostos éticos.

3.1 Tipo de Pesquisa

Para esta pesquisa, foi definida a abordagem qualitativa, a qual segundo Martinelli (1999), permite trabalhar a realidade que está em movimento na busca de significados atribuídos aos sujeitos, a partir de suas trajetórias e experiências sociais, em conformidade com uma perspectiva crítica. Na pesquisa qualitativa, há intencionalidades quanto a pretensão de objetivos explicitamente definidos.

Para o Serviço Social, a pesquisa qualitativa é fundamental, visto que, requer uma aproximação com os significados e as vivências dos sujeitos, de forma a analisar a realidade em que se encontram, conforme Martinelli (1999). A escolha por esse tipo de pesquisa se deu em razão de sua contribuição ao vislumbrar os movimentos sociais que se encontram entre as relações do Serviço Social com o patriarcado.

Nesse estudo, a pesquisa qualitativa se associou ao enfoque exploratório, cujo objetivo visa “[...] proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses. Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições.” (GIL, 2002, p. 41). Sua utilização, se envolveu a partir de seu propósito em levantar bibliografias sobre a presente temática.

De modo a desenvolver esse estudo, elaborou-se o seguinte problema: *Qual a relação do Patriarcado com o Serviço Social na produção do conhecimento – artigos científicos na área de Serviço Social – a partir do ano de 2000, no Brasil?* Pois, segundo Gil (2002), toda pesquisa se inicia com algum problema ou indagação.

Para responder esse problema, foram delineadas 3 (três) questões norteadoras:

a) *Quantos artigos da produção do conhecimento abordam sobre a relação entre o Patriarcado e o Serviço Social no Brasil a partir do ano de 2000?* b) *Quais elementos históricos, políticos e econômicos na produção do conhecimento da área de Serviço Social evidenciam possíveis relações, ou não, entre Patriarcado e o Serviço Social?* c) *Quais estratégias do Serviço Social visam à resistência da reprodução da ideologia patriarcal na profissão?*

3.2 Método de Análise da Realidade

O caminho selecionado para o percurso de análise dos dados desse estudo, se trata do método dialético-crítico. Para Marx, a perspectiva do método pressupõe colocar pesquisador e objeto de estudo na mesma relação, de forma a se extrair múltiplas determinações. (NETTO, 2011).

[...] compreende-se que a aparência e essência correspondem a uma unidade dialética, o método não abandona o estudo da manifestação aparente do objeto; ao contrário, a investigação que permite captar a essência do objeto revela as relações e múltiplas determinações entre essência e aparência no movimento real da totalidade. (SILVA, 2019, p. 48).

O método na teoria marxiana pressupõe o desvelamento de determinada essência que se encontra oculta no aparente, de modo a transparecer as contradições e mediações que se relacionam na totalidade. Implica, portanto, em uma investigação política e crítica direcionada na exposição da realidade.

Nas palavras de Konder (2008, p. 82), “[...] o método dialético nos incita a revermos o passado à luz do que está acontecendo no presente; ele questiona o presente em nome do futuro, o que está sendo em nome do que ‘ainda não é’ [...]”. A análise da realidade não se concentra apenas em fatores isolados, todavia, na conexão que os condicionam. É por meio do reconhecimento histórico da totalidade concreta que há a possibilidade de apreender o contexto dos sujeitos, logo, por meio da dialética.

De modo a reconhecer os fenômenos conforme seus movimentos dialéticos, foram selecionadas 4 (quatro) categorias analíticas: historicidade, contradição, mediação e totalidade. Essas categorias representam a dinâmica social, portanto, não podem ser apreendidas isoladamente, mas em sua totalidade. (SILVA, 2019).

A historicidade, segundo Netto (2011), refere a uma unidade da história da humanidade, que considera as determinações econômicas, culturais e políticas de cada época. Não se configura em uma identidade, porém ao acúmulo de fatos históricos determinados que representam uma construção social. Implica diretamente no movimento e transformações cotidianas da vida dos sujeitos. O processo histórico, portanto, permite apreender como determinado fenômeno se permeia.

A contradição se caracteriza por ser uma categoria formada pelo movimento de enfrentamento e de luta em relação às desigualdades impostas por fenômenos,

direcionada na transformação/superação, por meio da resistência. Sendo, portanto, o encontro de distintas realidades que resultam em uma nova concepção. (NETTO, 2011).

Conforme Pontes (2000, p. 38), a mediação é “[...] uma categoria objetiva, ontológica, que tem de estar presente em qualquer realidade, independente do sujeito.” Se caracteriza por ser reflexiva a partir do movimento da realidade, e de apreender os fenômenos por meio de sucessivas aproximações com a dimensão histórica estrutural, com propósito de romper a aparência e revelar a essência fenomênica.

A totalidade, “[...] não é um ‘todo’ constituído por ‘partes’ funcionalmente integradas. Antes, é uma totalidade concreta, inclusiva e macroscópica, de máxima complexidade, constituída por totalidades de menor complexidade.” (NETTO, 2011, p. 56). Se trata do conjunto de tudo o que forma os fenômenos de menor complexidade, os quais são articulados pela mediação.

A opção pelas categorias mencionadas – historicidade, contradição, mediação e totalidade – contribuiu para a apreensão da presente temática referente às relações entre o Serviço Social e o patriarcado. Conforme Kosik (1969, p. 12) “[...] captar o fenômeno de determinada coisa significa indagar e descrever como a coisa em si se manifesta naquele fenômeno, e como ao mesmo tempo nele se esconde. Compreender o fenômeno é atingir a essência.” A partir desse movimento, foi possível desvelar seus processos, perspectivas, determinações, associações, entre outras concepções.

3.3 Técnicas e Instrumentos

Para a realização da coleta de dados desse estudo, foram utilizadas técnicas e instrumentos. De acordo com Marconi e Lakatos (2003, p. 174), “[...] técnica é um conjunto de preceitos ou processos de que se serve uma ciência ou arte; é a habilidade para usar esses preceitos ou normas, a parte prática”. E instrumento, conforme Richardson (2008), é um meio de obter informações referentes a grupos sociais.

O procedimento técnico foi utilizado com base na pesquisa bibliográfica, a qual “[...] abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema estudado, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico, etc.” (MARCONI, LAKATOS, 2003, p. 183). Como bibliografias, foram utilizados artigos científicos inseridos em revistas da área do Serviço Social, onde foram coletados dados.

Em relação ao instrumento, foi utilizada a ficha bibliográfica (Apêndice A). De acordo com Marconi e Lakatos (2003), sua construção pode ser realizada a partir de uma obra inteira ou de parte dela. Utilizou-se artigos científicos para preencher a ficha bibliográfica, sendo baseada a partir das questões norteadoras.

3.4 Universo e Amostragem

A coleta de dados desse estudo partiu do conjunto caracterizado por universo e amostra. Conforme Marconi e Lakatos (2003), o universo é um conjunto de pessoas, coisas, ou fenômenos, que possuem pelo menos uma característica em comum, como faixa etária, sexo, organização, entre outras. O universo foi selecionado a partir dos seguintes filtros:

Quadro 1 – Filtros do Universo.

Universo	Filtros
Portal	SciELO
Coleção	Brasil
Área Temática	Ciências Sociais Aplicadas - Serviço Social
Revistas	Estudos Feministas Revista Katálysis Serviço Social & Sociedade Sociedade e Estado
Ano Publicação	2000 - 2020
Idioma	Português

Fonte: Sistematização da pesquisadora.

Para além dos filtros acima, foram utilizados também, 17 (dezessete) descritores de pesquisa para a seleção do universo: Serviço Social e Patriarcado; Serviço Social e Gênero; Serviço Social e Feminismo; Produção do Conhecimento e Patriarcado; Produção do Conhecimento e Gênero; Produção do Conhecimento e Feminismo; Produção do Conhecimento e Relações Sociais de Sexo; Produção do Conhecimento e Divisão Sexual do Trabalho; Produção Acadêmica e Patriarcado; Produção Acadêmica e Gênero; Produção Acadêmica e Feminismo; Produção Acadêmica e Relações Sociais de Sexo; Produção Acadêmica e Divisão Sexual do Trabalho; Patriarcado; Patriarcal; Divisão Sexual do Trabalho; e Relações Sociais de

Sexo. A partir disso, foram encontrados um total de 82 (oitenta e dois) artigos científicos que formaram o universo deste estudo.

A partir do universo foi selecionada a amostragem da pesquisa “[...] A amostra é uma parcela convenientemente selecionada do universo [...]”, segundo Marconi e Lakatos (2003, p. 163). Nessa pesquisa a amostra se configurou em não-probabilística do tipo intencional, ou seja, de artigos científicos selecionados a partir de determinados critérios, como sua relevância para o atual estudo, adequação para a obtenção de dados qualitativos e alcance da resolução dos objetivos.

A definição da amostragem (Apêndice B), partiu de critérios intencionais, como identificar se no título, nas palavras-chave ou no resumo continham as categorias teóricas da pesquisa. As categorias foram: patriarcal; patriarcado; gênero; feminismo; relações sociais de sexo; e divisão sexual do trabalho. Todas essas categorias, além de serem buscadas individualmente, também foram buscadas junto das categorias: Serviço Social; Produção do Conhecimento e Produção Acadêmica. A amostra analisada se evidencia no quadro a seguir, totalizando 6 (seis) artigos.

Quadro 2 – Amostra Analisada

Título do Artigo	Autor/a	Ano	Revista	Descritor
Pensar o Gênero: Diálogos com o Serviço Social	Andrea Moraes Alves	2018	Serviço Social & Sociedade	Serviço Social e Gênero
Feminismo e Marxismo: Apontamentos Teórico-Políticos para o Enfrentamento das Desigualdade Sociais	Mirla Cisne	2018	Serviço Social & Sociedade	Serviço Social e Gênero
O Movimento Feminista na Produção Acadêmica dos Cursos de Pós-Graduação em Serviço Social	Maria Lúcia Duriguetto; Verônica Medeiros Alagoano	2018	Serviço Social & Sociedade	Serviço Social e Patriarcado
Gênero, Feminismo e Serviço Social – Encontros e Desencontros ao Longo da História da Profissão	Teresa Kleba Lisboa	2010	Revista Katálysis	Serviço Social e Gênero
Gênero e Serviço Social: Uma Análise a Partir do Paradigma Indiciário	Ana Lole	2016	Serviço Social & Sociedade	Serviço Social e Gênero
Nem Santa, Nem Pecadora: Novas Roupagens, Velhas Dicotomias na Coisificação da Mulher	Marília de Oliveira de Sousa; Paula Martins Sirelli	2018	Serviço Social & Sociedade	Serviço Social e Gênero

Fonte: Sistematização da pesquisadora.

Com base na amostra evidenciada, Martinelli (1999, p. 24) afirma que “[...] não é o número de pessoas que vai prestar a informação, mas o significado que esses sujeitos têm em função do que estamos buscando com a pesquisa”. Portanto, foi mediante a análise dessa amostra constituída por 6 (seis) artigos que o estudo se desenvolveu.

3.5 Análise dos Dados da Pesquisa

Conforme Marconi e Lakatos (2003), uma análise de dados se configura em ser uma tentativa de relacionar o fenômeno aos fatores existentes em sua volta, de modo a responder hipóteses e comprovar algo sobre determinado objeto. Quanto a isso, será utilizada para a análise dos dados, a análise de conteúdo desenvolvida por Bardin (2016), cuja organização se apresenta em três diferentes fases: pré-análise; exploração do material; e tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação.

A pré-análise, de acordo com Bardin (2016, p. 125) “[...] é a fase da organização propriamente dita [...] tem por objetivo tornar operacionais e sistematizar as ideias iniciais, de maneira a conduzir a um esquema preciso do desenvolvimento das operações sucessivas, num plano de análise.” Se refere a organização do material, para que se torne útil à pesquisa.

Esta primeira fase se organiza pelas seguintes atividades: a) leitura flutuante, estabelecida pela aproximação com documentos, no sentido de conhecer o texto; b) a escolha dos documentos, que equivale pela demarcação do universo; c) a formulação das hipóteses e dos objetivos; d) a referenciação dos índices e a elaboração de indicadores, a partir de recortes de texto; e) a preparação do material, configurado quanto ao tratamento formal e edição.

Bardin (2016) descreve que a segunda fase sobre a exploração do material, trata da formulação manual do que se coletou, e consiste na codificação, classificação e categorização. Por fim, a última das fases, se refere ao tratamento dos resultados obtidos e interpretação, onde dados brutos se tornam válidos e significativos, e que podem ser transformados em estatísticas relevantes seguidas de inferências sobre a interpretação.

Destaca-se que a primeira fase foi realizada no momento do levantamento e seleção dos artigos científicos, a partir da leitura flutuante, onde se formou o universo da pesquisa. A segunda fase se concretizou, ao haver o recorte de uma parcela

significativa desses artigos quanto à relevância com o tema, o que gerou a amostra desse estudo. Já a terceira e última fase, foi a interpretação e análise dos dados coletados, contendo os achados e conclusões da pesquisa.

3.6 Pressupostos Éticos

Tendo em vista que o processo de construção desse estudo foi com base na pesquisa bibliográfica, se esclarece que todos os dados coletados, foram manipulados em concordância com o que dispõe a Lei 9.610 de 1988, no que se refere aos cuidados com os direitos autorais, plágios e alteração de fontes, pois do contrário, se repercute em infração ética.

A socialização dos resultados dessa pesquisa será de grande importância, pois contribuirá com o meio social, acadêmico e profissional, proporcionando reflexões e perspectivas críticas quanto à dinâmica da temática. Portanto, os resultados dessa análise serão socializados com a banca avaliadora da universidade e prováveis espectadores, podendo posteriormente também ser publicado em revistas científicas e/ou eventos acadêmicos.

4 RESULTADOS DA PESQUISA: A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO EM RELAÇÃO AO SERVIÇO SOCIAL E PATRIARCADO

Vários são os rumos teórico-metodológicos que compõem as discussões na produção do conhecimento da área das Ciências Sociais Aplicadas, sobretudo do Serviço Social. Nessa acepção, se propõe apresentar as principais características das apreciações teóricas levantadas, as quais abordam as relações entre Serviço Social e patriarcado, sendo estas, constituintes da amostra do presente estudo.

A amostra deste estudo integrou a seleção de 6 (seis) artigos, com autoria de Alves (2018), Cisne (2018), Duriguetto e Alagoano (2018), Lisboa (2010), Lole (2016) e Sousa e Sirelli (2018). O conjunto indicado de produções, se encontra na plataforma SciELO, mais especificamente nas revistas: *Katálisis* e *Serviço Social & Sociedade*, prevalecendo nesta última, a grande maioria dos artigos. As datas das publicações são de 2010, 2016, e majoritariamente do ano de 2018.

No que tange ao caráter das pesquisas que constituíram os artigos científicos levantados para a amostra, em termos gerais, se classificam como: predominantemente bibliográficas, sendo seguido de pesquisa documental e de revisão bibliográfica. Conforme a referência de análise dos artigos, a perspectiva marxista é preponderante, distribuindo-se em 5 (cinco) das 6 (seis) produções. Em relação às palavras-chave, as que apresentam com mais frequência entre as produções da amostra estão, respectivamente, as categorias: Serviço Social, feminismo, gênero e marxismo.

As principais discussões que se evidenciam na amostragem, giram em torno das palavras-chave mencionadas, relacionando-as com a produção do conhecimento e a intervenção do Serviço Social. Em suma, explicita a importância dessas relações teóricas na incorporação da profissão.

Este capítulo se divide em 2 (duas) subseções. Na primeira (item 4.1) serão abordados elementos que se referem ao Serviço Social e patriarcado, destacando seus aspectos de relação com as dimensões históricas, econômicas e políticas. Nesta mesma subseção, também será elencado um conjunto categórico percebido como pertinente e essencial às vinculações do patriarcado. Por fim, na última subseção (item 4.2), se situam elementos de resistência referentes às relações entre Serviço Social e patriarcado.

4.1 A Relação Teórica entre Serviço Social e Patriarcado

Tendo em vista a análise das características mencionadas no que se refere à produção do conhecimento pertencente à amostra deste estudo, serão apresentadas as perspectivas das autoras em suas construções teóricas, quanto à relação do Serviço Social com a categoria patriarcado.

Em um primeiro momento, serão abordadas as relações históricas, econômicas e políticas que associam elementos do patriarcado com o Serviço Social. Porém, se faz necessário agregar um conjunto de categorias teóricas nessa discussão, as quais, de forma significativa, se vinculam às dimensões do patriarcado, e que aliadas se definem como pertinentes e atuais em face da presente temática. As categorias teóricas são: feminismo, gênero, relações sociais de sexo e divisão sexual do trabalho.

É importante mencionar, que a pretensão em relação a esse encontro categórico, não é de esgotar seus aspectos contextuais, mas apreender a partir das autoras da amostra, seus conceitos, perspectivas e relações. A sequência apresentada dessas categorias, não se objetiva em hierarquizá-las, visto que, de forma igualitária, todas possuem relevância na área do Serviço Social.

4.1.1 As Relações Históricas, Econômicas e Políticas entre o Serviço Social e o Patriarcado

Para a discussão no que se refere aos elementos históricos, econômicos e políticos que fazem menção às relações entre Serviço Social e patriarcado, serão demonstradas as perspectivas de Cisne (2018), Lisboa (2010) e Sousa e Sirelli (2018), cujas produções compuseram a amostra desta pesquisa.

Ao se tratar de fatos e circunstâncias históricas que relacionam o Serviço Social e o patriarcado, foi possível identificar na amostragem, a discussão que concerne ao processo de consolidação da profissão no Brasil, no início do século XX, o qual se tratou de um período com forte submetimento da profissão à Igreja.

Em seu processo histórico de consolidação no Brasil e na maioria dos países latino-americanos, o Serviço Social teve como base os princípios da doutrina social da Igreja, que imprimiram na profissão um “espírito de apostolado”, configurando-a como uma profissão a ser exercida por mulheres, como uma “vocação”, com papéis específicos definidos pela sociedade para mulheres: o cuidado, a tutela, a ajuda, que por sua vez requerem abnegação, entrega de si, ser para os outros, enfim “naturalizando” a responsabilidade da profissão como uma carreira destinada majoritariamente a mulheres. (LISBOA, 2010, p. 67).

É possível refletir a questão da presença de indícios patriarcais no Serviço Social diante dessa relação com a Igreja, onde a profissão em sua gênese se caracterizou como “naturalmente” feminina, por exigir particularidades consideradas “exclusivas” de mulheres. Esse processo marcou historicamente o Serviço Social por décadas, mesmo ainda no século XXI, onde 95% dos/as assistentes sociais se constitui por mulheres, bem como o público usuário desses/as profissionais, considerado majoritariamente feminino. (LISBOA, 2010).

Além da ligação com os princípios da Igreja, a essência histórica do Serviço Social também se vinculou a fatores econômicos, ao ter como necessidade de surgimento, a percepção da relação entre o conflito capital e trabalho, norte para a apreensão da discussão sobre Serviço Social e patriarcado. “O Serviço Social brasileiro nascia no âmbito da contradição capital/trabalho”, segundo Cardoso (2016, p. 435). Para além de reconhecer essa essência do Serviço Social, há a perspectiva de envolvimento nas lutas sociais e de classe como manifestação de resistência.

Enquanto assistentes sociais, precisamos não só conhecer essa forma de opressão à luz da teoria social crítica, mas identificar, conhecer, fortalecer e engrossar os movimentos organizados de mulheres, buscando trabalhar coletivamente no enfrentamento dessa expressão da questão social, na luta pela superação do sistema capitalista-patriarcal e pela construção de uma sociedade justa e igualitária para todos [...]. (SOUZA; SIRELLI, 2018, p. 343).

O capitalismo enquanto sistema econômico, aliado às dominações decorrentes do patriarcado, provocam intensas contradições na sociedade, sobretudo às mulheres. Com isso, se faz imprescindível que o Serviço Social reconheça de forma crítica as particularidades dessas contradições, de modo a atuar contra as expressões de desigualdade da questão social, resultantes deste sistema capitalista-patriarcal.

A respeito das contradições estruturais oriundas do conflito capital/trabalho, sobretudo as que se caracterizam como determinações patriarcais, é possível, a partir de uma organização política fundamentada em lutas e movimentos coletivos, pensar em

estratégias de enfrentamento a essa dimensão no âmbito da profissão, conforme Teixeira e Braz (2009). “[...] A política pode ser realizada em espaços diversos da vida social a todo instante em que o destino concreto da generalidade humana for colocado em discussão”, segundo Carli (2013, p. 26). Nesse sentido, Cisne (2018, p. 212) afirma:

De antemão, podemos dizer que a perspectiva do feminismo em que nos situamos encontra na teoria revolucionária marxista e no Projeto Ético-Político do Serviço Social uma estratégia comum: a luta por liberdade substantiva, o que necessariamente demanda pensar as relações sociais e as contradições e conflitos que os conformam, bem como uma ação coletiva em torno de um projeto societário classista.

Para a autora, é a partir da atuação do Serviço Social apoiada em referências como o feminismo e o Projeto Ético-Político, que a luta pela “liberdade substantiva” poderá ser viável para um projeto societário classista na perspectiva emancipatória. O posicionamento político que advém da teoria social crítica, possibilitará o desvelamento das contradições inseridas nas relações sociais.

Nessa perspectiva que se refere à liberdade, em termos marxistas, Teixeira e Braz (2009), destacam como sendo um dos compromissos centrais do Projeto Ético-Político do Serviço Social, que se vincula a um projeto societário livre de dominação/exploração. Para Barroco (2006, p. 60-61), “[...] a liberdade é, ao mesmo tempo, capacidade de escolha consciente dirigida a uma finalidade, e, capacidade prática de criar condições para a realização objetiva das escolhas, para que novas escolhas sejam criadas”, ou seja, se refere à plena emancipação dos indivíduos sociais.

Dado o exposto, as relações que se apresentam entre Serviço Social e patriarcado, se situam historicamente a partir das características do patriarcado que se expressam no Serviço Social desde sua origem, ao considerar sua constituição predominantemente por mulheres. A contradição capital e trabalho, como elemento econômico, bem como histórico, se vincula ao Serviço Social a partir de sua ligação no processo de gênese da profissão e por ser o motivo da necessidade de existência dessa profissão. As representações de desigualdade no capitalismo, sobretudo as caracterizadas como patriarcais, podem ser pensadas a partir do Serviço Social, por uma perspectiva política de resistência associada ao feminismo.

² Conforme Sen (2000 apud XAVIER; CONSANI, 2015, p. 391) “As liberdades substantivas, por sua vez, podem ser definidas como capacidades elementares, tais como ‘ter condições de evitar privações como a fome, a subnutrição, a morbidez evitável e a morte prematura, saber ler e fazer cálculos aritméticos, ter participação política e liberdade de expressão, etc.’”

As abordagens em cada dimensão – histórica, política e econômica – embora tenham sido apresentadas de forma particular, com intuito de contextualizar as relações entre Serviço Social e patriarcado, são dimensões que se entrecruzam. Além disso, existem outros fatores de destaque que também se inserem nessas relações, como culturais, ideológicas, entre outras. Porém, por não abrangerem os objetivos propostos, não foram contempladas nessa seção.

4.1.2 Considerações Acerca de Feminismo e Gênero

A perspectiva feminista no Serviço Social, se evidencia como uma importante estratégia política de resistência em relação a diversas formas de desigualdades. Logo, se faz necessário demonstrar as principais considerações do feminismo, a partir de Alves (2018), Cisne (2018), Duriguetto e Alagoano (2018) e Lisboa (2010), além de apreender sua relação com a questão de gênero na sequência.

Para Cisne (2018, p. 226), “[...] o feminismo envolve uma situação de opressão e um sujeito de revolta, no caso, centralmente, as mulheres.” A opressão a que a autora se refere, concerne nas determinações da ordem patriarcal-racista-capitalista que impactam principalmente, a vida das mulheres.

De acordo com Lisboa (2010), esse sujeito de revolta – mulheres – busca, a partir do movimento feminista, denunciar as suposições que a sociedade define como “naturais”, como a heterossexualidade, maternidade, entre outros. As denúncias e lutas feministas em relação a essas imposições societárias se direcionam na “[...] certeza de que as relações entre homens e mulheres não estão inscritas na natureza, e que existe a possibilidade política de sua transformação”, complementa Schwebel (2009, p. 144).

Em suma, o feminismo busca questionar e enfrentar de forma radical “[...] a dominação da sociedade patriarcal, o machismo, a separação entre o público e o privado e a construção histórica da subjetividade que fixa ‘papéis’ preestabelecidos segundo os gêneros” (KOHAN, 2017, p. 5), na busca da desnaturalização do processo de inferiorização da mulher.

A partir disso, o feminismo é apreendido como um movimento, que por meio de práticas políticas organizadas por mulheres, se objetiva em denunciar, enfrentar e resistir contra suposições definidas como “naturais” pelas estruturas patriarcais-racistas-capitalistas, cujas determinações se manifestam diretamente ao gênero feminino. Diante

disso, a principal reivindicação do feminismo é a equidade, ou seja, justiça por oportunidades igualitárias para sujeitos diferentes.

Tendo em vista as considerações em torno do feminismo, é essencial apontar também, aspectos conceituais sobre a categoria gênero, para ao fim apreender suas relações. Lisboa (2010, p. 72), entende gênero “[...] como uma instituição inscrita por milênios na objetividade das estruturas sociais e na subjetividade das estruturas mentais”, em uma lógica que “naturaliza” a heterossexualidade, enquanto a homossexualidade se mantém excluída. Com essa percepção, se pode apreender a construção histórica dos papéis de gênero.

Cada sociedade, com suas características culturais específicas, apresenta uma gama de expectativas de comportamento para ambos os sexos, transmitidas à criança num processo de socialização, através dos pais e da cultura em geral. A identidade sexual inclui concepções aprendidas - de como comportar-se, pensar, sentir, enquanto homem ou mulher -; ideais da masculinidade e feminilidade; e a relação entre ambos os sexos. (FAURY, 2003, p. 114).

A autora contextualiza esse processo de socialização de cada sociedade intermediado por suas culturas específicas, afirmando serem comportamentos instituídos desde criança, a partir do sexo³, ou seja, do “ser homem” e do “ser mulher”. Todavia, essa socialização acaba por instaurar a binaridade de gênero. Mesmo sendo relações socialmente construídas, acabam por se apresentar como “naturais”, conforme Alves (2018).

Nessa perspectiva de gênero, Scott (1995, p. 84) afirma a “[...] necessidade de uma rejeição do caráter fixo e permanente da oposição binária, de uma historicização e de uma desconstrução genuínas dos termos da diferença sexual”, pois a oposição binária se constitui por meio das relações sociais baseada na diferença dos sexos.

Duriguetto e Alagoano (2018), abordam que teoricamente, o termo gênero é criticado e questionado em estudos feministas, diante sua percepção de naturalização às relações sociais biologistas. As autoras problematizam a categoria gênero, afirmando possuir uso indiscriminado, se tornando mais palatável ao não especificar de imediato as contradições de classes sociais.

Gênero pode ser apreendido, portanto, como uma construção social que estabelece comportamentos definidos para cada sexo, essas expectativas estruturais são instauradas nas subjetividades mentais, e acabam por se apresentar como “naturais” em

³ Mathieu (2009) diferencia a categoria sexo de gênero, cujos conceitos são opostos. Sexo se trata do biológico, e gênero do social.

sociedade. Esse processo de socialização de comportamentos transita entre diversas culturas específicas, e possui como consequência a fixação da binaridade de gênero.

Pode-se concluir à vista disso, que a relação entre gênero e feminismo, se faz a partir do momento que o feminismo em uma perspectiva política busca denunciar as desigualdades ditas como “naturais” de gênero, as quais influenciam nas configurações sociais, culturais e econômicas. Tais desigualdades são construídas socialmente, definidas a partir de comportamentos designados para homens e mulheres. Tendo em vista essa discussão, no próximo item, será aprofundado o debate em torno das relações patriarcais e de gênero.

4.1.3 Patriarcado: Concepções e Relações

Tendo em vista as considerações abordadas no que se refere às relações entre feminismo e gênero, neste item, serão tratadas as perspectivas a respeito do patriarcado. No intuito de apreender as contradições e elementos que corroboram com essa discussão, serão apresentadas as contribuições de Alves (2018), Cisne (2018), Duriguetto e Alagoano (2018) e Sousa e Sirelli (2018).

O termo patriarcado é comparado com a categoria gênero na produção de Duriguetto e Alagoano (2018), onde as autoras enfatizam uma contrariedade entre ambas.

[...] a utilização da categoria patriarcado, [...] ao contrário de gênero, demarca a dominação/exploração/opressão vivenciada pelas mulheres, ou seja, além de evidenciar a supremacia masculina, indica que a opressão de sexo é estruturante à ordem societária do capital. (DURIGUETTO; ALAGOANO, 2018, p. 239).

A dominação/exploração/opressão perpassada pelas mulheres, é indicada pelas autoras, como uma consequência estrutural da sociedade patriarcal, instituída no modo de produção capitalista. Enquanto gênero é um conceito mais neutro, amplo e genérico do que patriarcado, conforme Saffioti (2015).

Gênero e patriarcado se evidenciam como categorias teóricas distintas. Gênero é mais vasto, não demarcando uma hierarquia entre os sexos. Já o patriarcado é mais específico, pois se vincula aos privilégios masculinos em determinadas sociedades. A distinção de ambas as categorias não impede que se associem, pois conforme Saffioti

(2016, p. 136), “[...] gênero carrega uma dose apreciável de ideologia. E qual é esta ideologia? Exatamente a patriarcal, forjada especialmente para dar cobertura a uma estrutura de poder que situa as mulheres muito abaixo dos homens em todas as áreas da convivência humana”. Ou seja, gênero é perceptível como neutro pela autora, pois não movimentam sozinho as relações de exploração, todavia sua perspectiva ideológica, alimenta a patriarcal, compondo uma engrenagem resultante em consequências estruturais que abarcam as relações sociais postas pelo modo de produção capitalista.

Para Sousa e Sirelli (2018) a sociedade é capitalista e patriarcal, cujos privilégios históricos se instituem diretamente aos homens, enquanto às mulheres é destinada uma imagem subalterna, cabendo-as o papel do cuidado com a casa e a família, passando a serem de domínio dos homens. Essa divisão atribuída aos sujeitos masculinos e femininos, não resultou de um processo aleatório, mas a partir da consolidação da propriedade privada e da necessidade de se manter o excedente.

A consolidação da propriedade privada e a manutenção do excedente pelo homem estendem-se ao campo familiar. “O homem apoderou-se [...] da direção da casa; a mulher viu-se degradada, convertida em servidora, em escrava da luxúria do homem, em simples instrumento de reprodução.” (ENGELS, 1984, p. 61). Logo, a família patriarcal, a partir de sua organização, é constituída por essa dimensão da propriedade privada que limita a liberdade pela dominação do gênero masculino. “[...] Seria patriarcal, assim, qualquer sociedade estruturada pela dominação dos homens sobre as mulheres”, segundo Miguel (2017, p. 1223).

As particularidades do patriarcado – em destaque a subordinação da mulher à esfera privada – podem ser percebidas na questão da incorporação do sujeito feminino ao modo de produção capitalista, situadas em condições íferas, “apropriadas” de forma histórica e natural.

A inserção da mulher no processo produtivo faz parte da reprodução ampliada do capital que se apropria do trabalho feminino de forma subsidiária e delegando às mulheres funções que garantem a reprodução social com baixa remuneração ou sem remuneração, por se caracterizar como naturais e vinculadas à esfera privada. Contudo, mesmo na esfera pública a inserção das mulheres se efetiva de forma subsidiária e com baixa remuneração. (DURIGUETTO; ALAGOANO, 2018, p. 238).

Para as autoras, a marginalização das mulheres que se inserem no modo de produção, é oriunda do sistema patriarcal capitalista, pois o trabalho designado às

mesmas é semelhante às atividades domésticas, ou seja, sem remuneração e valorização. “[...] o público e o privado, estão estes espaços profundamente ligados e parcialmente mesclados”, no que se refere à mulher, complementa Saffioti (2015, p. 127).

Carlotto e Mariano (2010, p. 452), definem a esfera privada como paradigma da família, onde a mulher “[...] passou a ter um importante papel ideológico, senão fundamental, transmitindo os valores da moral burguesa, socializando as crianças, promovendo os cuidados dos velhos e dos doentes”, ou seja, um “ambiente do sujeito feminino”. De outro lado, se tem o domínio público, espaço civil, universal, de políticas e negócios, campo “exclusivo” da figura masculina.

Alves (2018) situa que essa marginalização designada ao trabalho feminino é resultante das relações de trabalho que são sexuadas e contraditórias no sistema capitalista, visando afastar a mulher propositalmente do trabalho remunerado, seja de forma parcial ou integral, levando-a a posição exclusiva de “dona de casa”. Nessas condições, a mulher “contribuiria” com o desenvolvimento capitalista, produzindo e reproduzindo as atuais e futuras gerações de trabalhadores assalariados. “Na estrutura patriarcal capitalista das ocupações, as mulheres não figuram como trabalhadoras, mas tão somente como mulheres”, afirma Saffioti (2015, p. 129).

Com base nas referências apresentadas, entende-se que patriarcado é uma estrutura societária de poder que demarca nas relações sociais a dominação/exploração/opressão perpassada pelas mulheres. Sua estruturação é direcionada na atribuição de privilégios aos homens, logo qualquer sociedade organizada pela dominação masculina sobre a feminina, é patriarcal.

As determinações estruturais advindas do patriarcado são vinculadas à questão de gênero, visto que, gênero determina ideologicamente relações entre o feminino e o masculino sem hierarquizá-las. Enquanto patriarcado situa o homem em um espaço superior ao da mulher. Nesse sentido, gênero e patriarcado ao estarem associados, resultam em desigualdades estruturais e ideológicas dentro do modo de produção capitalista. Destaca-se que somente gênero não é capaz de movimentar a exploração de classes, mas quando articulado ao patriarcado, contribui significativamente, no que se refere a apreensão dos processos de dominação/exploração/opressão.

Com isso, essas relações que são patriarcais e de gênero estabelecem as desigualdades sociais vivenciadas pelas mulheres, tanto na esfera privada como na pública. Essas relações no âmbito da produção capitalista são denominadas por Cisne (2018), como relações sociais de sexo, termo que será abordado a seguir.

4.1.4 Relações Sociais de Sexo e Divisão Sexual do Trabalho

A partir das produções teóricas de Alves (2018), Cisne (2018), Duriguetto e Alagoano e (2018), Souza e Sirelli (2018), serão apresentadas as discussões que se referem às categorias teóricas relações sociais de sexo e divisão sexual do trabalho, diante seus conceitos e relações.

As relações sociais são compreendidas por Yamamoto (2006), como um movimento que engendra e renova peculiaridades na formação social, ao produzir e reproduzir dimensões e expressões na vida em sociedade. A questão de classe é pontuada como elemento de conflito no modo de produção capitalista no que se refere às relações sociais, que dinamiza todo o processo da vida social.

Cisne (2018) estabelece que em torno dos conflitos no modo de produção capitalista, se apresentam a exploração e lutas entre grupos antagônicos. Ou seja, para além do elemento classe, esses grupos antagônicos se segmentam pela relação de poder e dominação do gênero, no caso o masculino.

Entre os grupos antagônicos – homens e mulheres –, Alves (2018), destaca as relações sociais de sexo, como uma categoria teórica que se associa ao marxismo, pois possui perspectivas materialistas que promovem a reinterpretação de termos da tradição marxista, como: trabalho, relação entre produção e reprodução e classe social. Estas categorias deixam de ser compreendidas a partir da produção do valor, passando a serem apreendidas do ponto de vista das mulheres. As relações sociais de sexo são caracterizadas pelas seguintes dimensões:

- a relação entre os grupos assim definidos é antagônica; - as diferenças constatadas entre as práticas dos homens e das mulheres são construções sociais, e não provenientes de uma causalidade biológica; - esta construção social tem uma base material e não é unicamente ideológica; em outros termos, a “mudança de mentalidades” jamais acontecerá de forma espontânea, se estiver desconectada da divisão de trabalho concreta; podemos fazer uma abordagem histórica e periodizá-la; - essas relações sociais se baseiam antes de tudo numa relação hierárquica entre os sexos; trata-se de uma relação de poder, de dominação. (KERGOAT, 2009, p. 71).

A autora configura as relações sociais de sexo como antagônicas, hierárquicas e materialistas, resultantes de uma construção social, onde se expressam a partir das práticas de homens e mulheres. Costa e Pinheiro (2016, p. 366), contribuem com essa discussão, definindo as relações sociais de sexo como contraditórias e dialéticas, pois “[...] constroem e estruturam funções do que é ser homem e do que é ser mulher em uma

mesma sociedade. Historicamente, esses lugares diferenciados constituíram e fomentaram relações desiguais [...]”, determinando o sujeito masculino em uma posição social superior à da mulher, a qual é inferiorizada.

Homens e mulheres não são uma coleção – ou duas coleções – de indivíduos biologicamente diferentes. Eles formam dois grupos sociais envolvidos numa relação social específica: as relações sociais de sexo. Estas, como todas as relações sociais, possuem uma base material, no caso o trabalho, e se exprimem por meio da divisão social do trabalho entre os sexos, chamada, concisamente, divisão sexual do trabalho. (KERGOAT, 2009, p. 67).

Conforme a autora, as relações sociais de sexo são advindas das relações sociais, possuindo como base o trabalho. A divisão do trabalho se deu pela primeira vez entre o homem e a mulher para a procriação dos filhos, portanto, “o primeiro antagonismo de classes que apareceu na história coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre o homem e a mulher [...]”, conforme Engels (1984, p. 70).

Sendo assim, se categoriza como divisão sexual do trabalho, que articuladas, formam um único sistema. A divisão sexual do trabalho é conceituada como uma “forma de organização social do trabalho, marcada, fortemente, pelo sexo, uma vez que o trabalho realizado pelas mulheres ganha atributos considerados naturais para desqualificá-lo e desvalorizá-lo” (DURIGUETTO; ALAGOANO, 2018, p. 239), no modo de produção capitalista.

Segundo Tiburtino (2015), cabe destacar o Serviço Social como profissão inserida na divisão sexual do trabalho, visto que, desde sua origem se relaciona a características culturais que a legitimaram ao âmbito feminino. Diante disso, é possível perceber a exploração do capitalismo associada a essa construção de subalternidade das mulheres na sociedade.

A divisão sexual do trabalho associa homens a uma esfera produtiva, a qual é valorizada pela sociedade, enquanto às mulheres se destina a esfera reprodutiva, conforme Puga (2019). No mesmo sentido, Kergoat (2009, p. 67) define que “[...] essa forma de divisão social do trabalho tem dois princípios organizadores: o da separação (existem trabalhos de homens e outros de mulheres) e o da hierarquização (um trabalho de homem ‘vale’ mais do que um de mulher)”. Esses elementos contribuem para a apreensão da exploração do trabalho feminino, a qual é determinada pelo sistema capitalista.

A produção na sociedade de classes depende da formação de uma força de trabalho que inclui alguns elementos e segrega outros. Essa seleção, por sua vez, depende fundamentalmente das atribuições de status baseadas em sexo, idade e raça, na medida em que são esses os fatores que determinam quem ocupará lugares na produção e quem ficará subalternizado ou excluído nesse processo. (ALVES, 2018, p. 272).

A autora designa essa divisão da formação de trabalho, como estratificação, denominando ser um princípio que classifica socialmente as posições, distribuindo prestígios, status e autoridade em relação à ordem social.

Não foi a discriminação de gênero nem a opressão sexista que impediram mulheres [...] de trabalhar fora de casa. Foi o fato de os trabalhos disponíveis para elas terem sido os mesmos trabalhos de mão de obra não qualificada e pouco remunerada disponíveis para todas as mulheres trabalhadoras. (BELL HOOKS, 2018, p. 52).

A ausência da figura feminina no âmbito do trabalho se justifica pelo fato do sistema de produção não designar à mulher o mesmo valor que atribui à força de trabalho masculina, desqualificando e desvalorizando o trabalho feminino. A questão de discriminação de gênero e opressão de sexo, apenas reforçou o tipo de trabalho, pelo qual, às mulheres estariam vinculadas ou caracterizadas como trabalho feminino.

Cisne (2018), Duriguetto e Alagoano (2018), Alves (2018) e Souza e Sirelli (2018) entram em concordância, ao compreenderem ser impensável estudar as relações sociais de sexo dissociadas das dimensões de raça⁴ e de classe social⁵. Saffioti (2015), também compreende que estas contradições são fundidas e enlaçadas, e que se organizam no novo patriarcado-racismo-capitalismo, o qual se constituiu historicamente.

Nesse contexto, Alves (2018), destaca a perspectiva que se refere a Interseccionalidade, uma categoria teórica recente nos estudos do Serviço Social, que contribui centralmente na questão do feminismo negro, se tratando, sobretudo, da intersecção entre gênero e raça. Machado (2017) complementa, que a Interseccionalidade faz menção, no sentido geral, das dimensões de gênero e raça,

⁴ “Como disse Karl Marx ‘o trabalho na pele branca nunca pode ser livre enquanto o trabalho na pele negra é marcado a fogo com um ferro’ [...]”. (DAVIS, 2013).

⁵ “Classes sociais: Grandes conjuntos de seres humanos que compartilham um mesmo modo de vida e uma mesma condição de existência. Diferenciam-se, enfrentam-se entre si, constroem sua própria identidade social e se definem tanto pela propriedade ou não dos meios de produção, como pelos seus interesses, sua cultura política, sua experiência de luta, suas tradições e sua consciência de classe (de si mesmos e de seus inimigos). As classes exploradoras vivem às custas das classes exploradas, as dominam e as oprimem, por isso vivem em luta e conflito permanente ao longo da história”. (KOHAN, 2017, p. 2).

deixando a classe menos visível, de modo a analisar as diferentes formas de opressões geradas a partir desse cruzamento categórico.

As contradições que partem da organização patriarcado-racismo-capitalismo afetam especificamente os sujeitos inseridos nas relações de sexo, raça e classe e provocam intensas determinações.

O patriarcado, com materialidade e cultura, penetrou em todas as esferas da vida social; o capitalismo mercantilizou todas as relações sociais; e, finalmente, o racismo, pela estrutura de poder, preconceito e discriminação, se espalhou em todo o corpo social como herança do escravismo. (BARROSO, 2018, p. 459-460).

As dimensões do patriarcado, capitalismo e racismo resultam em uma centralidade de opressão, exploração e preconceito, que necessitam ser superadas e desconstruídas. “Para pensar os sujeitos dessas lutas, é fundamental identificar quais são as pessoas que sofrem na pele as opressões e explorações pela sua classe, ‘raça’ e sexo. Esse sujeito é a classe trabalhadora”, complementa Cisne (2018, p. 227).

É possível concluir, que as relações sociais de sexo são uma construção social ideológica e material, onde categorias como trabalho, relação entre produção e reprodução e classe social são reinterpretadas a partir do ponto de vista das mulheres. Essa construção contraditória, estrutura definições de práticas para homens e mulheres.

Quando as relações sociais de sexo se articulam à divisão sexual do trabalho - que é uma forma de organização social do trabalho - se estabelece antagonismos e hierarquias entre esse sistema binário na esfera material, ou seja, no âmbito do trabalho no modo de produção capitalista. O gênero masculino, nesse sentido, se suprema ao feminino face às suas ocupações e remunerações. Nesse sentido, o trabalho feminino, apresenta atributos considerados naturais ao gênero feminino com o intuito de desqualificá-lo e desvalorizá-lo.

As relações sociais de sexo se fundem às relações de raça e classe, e se enlaçam ao novo patriarcado-racismo-capitalismo, ordem que oprime e explora principalmente os sujeitos da classe trabalhadora. As relações de sexo, raça e classe, também são denominadas por interseccionalidade, que se refere à intersecção de sistemas de opressão, exploração e discriminação.

A partir das relações que compõem o conjunto de categorias empíricas explicitadas, faz-se necessário um resgate que possibilita concluir, que de alguma

forma, todos esses fenômenos se vinculam ao sujeito feminino, seja em termos de desigualdade ou de resistência.

Em suma, o patriarcado e o gênero impõem determinadas contradições em distintos espaços societários no modo de produção capitalista, onde essas relações se moldam, porém sua essência em oprimir a mulher permanece. Além de oprimir a mulher, também a domina, ao situá-la nas relações sociais de sexo, as quais são reforçadas pelo sistema patriarcal, pois além de classificar o que seria “trabalho de homem” e “trabalho de mulher”, institui condições inferiores às mulheres, a partir da divisão sexual do trabalho, ou seja, para além de oprimir e dominar a explora. No próximo item, essas relações serão elencadas às resistências do Serviço Social.

4.2 Serviço Social e Patriarcado: Elementos de Resistência

As relações referentes ao gênero, patriarcado, relações sociais de sexo e divisão sexual do trabalho, se apresentam nitidamente em diversas gamas societárias, e ainda se fundem a outros processos sociais, associando e ampliando suas representações de desigualdade. A partir disso, serão identificados em torno do Serviço Social, os processos de resistências quanto a essas desigualdades.

De início, serão apresentadas as percepções das autoras da análise, no que se refere aos processos de resistência em relação a elementos patriarcais, que se revelam em sociedade. Após, serão demonstradas as formas desse enfrentamento advindos particularmente do Serviço Social, elucidando os alcances em termos de resistência da categoria profissional.

4.2.1 Processos de Resistências

Partem-se da compreensão teórica das autoras Alves (2018), Lisboa (2010) e Cisne (2018), alusivas às suas percepções sobre possíveis estratégias de resistência em relação a dominação patriarcal na sociedade, cujas determinações implicam em opressões e desigualdades direcionadas à mulher.

Alves (2018) situa que uma das formas de enfrentamento à ordem patriarcal, é a partir da apreensão da sociedade sobre as contradições do capitalismo, sobretudo da

divisão sexual do trabalho, onde as relações de produção e reprodução (tarefas domésticas) poderão ser desnaturalizadas. Trata-se, portanto, da mudança da mulher no âmbito familiar, e de sua maior inserção ao trabalho remunerado, acrescenta.

A apreensão da sociedade sobre as contradições do capitalismo pode ser efetivada a partir da consciência de classe e desalienação dos sujeitos diante dos processos cotidianos, pois conforme Montaño e Duriguetto (2010, p. 100, grifo do autor) “[...] a cotidianidade aparece como um espaço de *alienação*⁶ [...]”, onde os sujeitos reproduzem perspectivas abstratas construídas socialmente, sem reconhecer de forma crítica as relações que se estabelecem nesse meio, tornando-se estranhos a esses processos.

Lisboa (2010) compreende que a resistência, deve seguir uma perspectiva revolucionária, tanto intelectual, quanto cultural, que se direcione na superação da lógica binária. Assim, possibilitaria construir e efetivar uma nova ordem societária, com relações igualitárias entre homens e mulheres. Para tanto, essa revolução necessita emanar da sociedade.

Revolução socialista: Propõe criar uma sociedade futura de homens e mulheres novos, liberados da exploração econômica, mas também da dominação política da subjetividade, da alienação e do fetichismo mercantil, da burocracia, do patriarcalismo, do racismo, do etnocentrismo e da xenofobia. É um projeto centralmente político, mas também ético e cultural. (KOHAN, 2017, p. 13, grifo do autor).

A revolução socialista como estratégia de resistência referente aos processos de desigualdade, exploração, dominação, entre outros, se evidencia como um projeto político, ético e cultural, que ao partir de mudanças no âmbito do cotidiano, sequencialmente resultam em transformações culturais, permitindo a criação de uma nova sociedade centrada na liberdade.

Já Cisne (2018), pensa que esse processo de resistência pode se efetivar a partir de políticas públicas incorporadas pelas questões de gênero, pois ao partir de interpretações e diagnósticos vinculados a essa visão, se viabiliza avanços no que se refere a uma maior autonomia, liberdade substantiva das mulheres e possível emancipação feminina.

A viabilização de políticas públicas agregadas pela perspectiva de gênero pode ser viável a partir da única emancipação possível dentro do modo de produção

⁶ “Expressa o estranhamento, a separação e a fragmentação do ser humano. Algo está alienado quando já não mais nos pertence” conforme Kohan (2017, p. 1).

capitalista, a emancipação política. “A emancipação política é a redução do homem, por um lado, a membro da sociedade burguesa, a indivíduo egoísta independente, e, por outro, a cidadão, a pessoa moral”, segundo Marx (2010, p. 54), em um ato padrão de liberdade política em sociedade.

As estratégias de resistência que as autoras apresentam, vão à direção de um novo modelo societário constituído pela ausência da dominação, exploração, desigualdade, entre outros, os quais são determinados por dimensões econômicas e ideológicas, que afetam particularmente a mulher. As perspectivas das autoras em relação à consciência de classe, a revolução e a emancipação política, podem se resumir na emancipação humana.

[...] a emancipação humana só estará plenamente realizada quando o homem individual real tiver recuperado para si o cidadão abstrato e se tornado ente genérico na qualidade de homem individual na sua vida empírica, no seu trabalho individual, nas suas relações individuais, quando o homem tiver reconhecido e organizado suas “forces propres” [forças próprias] como forças sociais e, em consequência, não mais separar de si mesmo a força social na forma da força política. (MARX, 2010, p. 54).

A emancipação humana consiste na plena liberdade dos sujeitos, em uma perspectiva universal, e só pode ser plenamente realizada, quando se ultrapassarem e superarem todos os limites e contradições da sociedade dominante, livre de exploração, opressão ou qualquer outra forma de desigualdade.

4.2.2 Perspectivas de Resistências do Serviço Social em Relação ao Patriarcado

Tendo em vista as percepções das autoras sobre o que compreendem ser resistência em relação a aspectos patriarcais na sociedade, na sequência se evidenciará a mesma perspectiva, porém particularizada em estratégias específicas do Serviço Social. Duriguetto e Alagoano (2018), Lole (2016), Lisboa (2010) e Souza e Sirelli (2018) contribuem com essa discussão a partir de suas produções teóricas.

Para Duriguetto e Alagoano (2018), uma concepção de resistência seria ampliar a produção do conhecimento do Serviço Social com temáticas relacionadas ao feminismo. Refere que além desse aporte teórico, se possibilita ainda, que posteriormente essas produções sejam socializadas e debatidas em torno de diferentes

espaços sócio ocupacionais, seja sobre seus aspectos conceituais ou de possibilidades de intervenções.

Para Cisne (2018, p. 228) “[...] a relação entre feminismo e marxismo é fundamental para o enfrentamento das desigualdades sociais [...]”, pois vai à direção da construção de um sistema sem marcas e reproduções patriarcal-racista-capitalista. Além disso, essa intervenção do Serviço Social possibilita aos/às profissionais apreenderem as vivências que partem de questões de gênero, raça, classe, entre outras.

A perspectiva de relação entre feminismo e marxismo como forma de resistência, indica que o Serviço Social, incorporado pelo método dialético-crítico e por princípios feministas, é capaz, segundo Fortuna e Guedes (2020), de apreender essa realidade por meio de processos investigativos que elucidem tal dinâmica. Parte-se da análise das particularidades históricas e dialéticas no qual esse fenômeno se constrói e desconstrói.

Para tanto, primeiramente, é “[...] necessário que as (os) assistentes sociais se reconheçam como sujeitos históricos, com capacidade para utilizar ferramentas que deslegitimem uma visão estabelecida de realidade social, desconstruindo o sujeitamento da profissão ao longo da história [...]”, conforme Lisboa (2010, p. 74). Faz-se necessário, portanto, que os/as profissionais reafirmem suas identidades na produção do conhecimento em Serviço Social, e constituam como aporte teórico-metodológico, as teorias feministas e os estudos de gênero, pois haveria a possibilidade de surgir novos questionamentos, em novos cenários de contradições sociais, indo além do conflito de classes, como a construção das diferenças sexuais, da reprodução e da discriminação no trabalho, entre outras, complementa a autora.

Em relação ao Serviço Social, embora nem sempre percebidas, as relações de gênero estão presentes no cotidiano profissional. São evidenciadas no perfil profissional, mas sobretudo nas demandas e situações trazidas pelos sujeitos, tais como: situação de violência contra mulheres e crianças; gravidez na adolescência; direitos reprodutivos; mulheres chefes de família; questões ligadas à masculinidade e à homoafetividade; discriminação no mundo do trabalho - diferença nos valores atribuídos ao trabalho dos homens em relação ao das mulheres, falta de remuneração e valorização do trabalho doméstico e do relativo aos cuidados de doentes, crianças e idosos entre outros. (DIAS; ZUCCO, 2015, p. 92).

A ampliação da representação perceptível ao feminista no âmbito da profissão e da sociedade se faz necessária e imprescindível, visto que, tanto o perfil do Serviço

Social, quanto os sujeitos usuários de políticas públicas são fortemente marcados pelas relações de gênero.

Antes de tudo, para que o Serviço Social se permita identificar e apreender as diversas formas de opressão acometidas às mulheres se faz necessário, conforme Souza e Sirelli (2018), que haja uma formação que capacite os/as alunos/as para esse enfrentamento, suscitando consciência de classe, antirracista, antipatriarcal e anti-heterossexista, vinculando-os aos movimentos sociais⁷, de forma que os fortaleça, na busca da construção de uma nova sociedade. Inclusive um dos princípios do Serviço Social vai a esse encontro, “opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero”, conforme Brasil (2012, p. 24).

As discussões de gênero, segundo Lima (2014), têm conquistado um importante espaço teórico em disciplinas do curso de graduação em Serviço Social. Porém, a partir de uma pesquisa de campo realizada pela autora, foi demonstrada a necessidade dessa temática se tornar um componente obrigatório, ou ainda de associá-la às questões de etnia, raça, diversidade sexual e questões éticas, além de complementar as demais disciplinas do curso.

Lole (2016, p. 572), justifica que “[...] por ser a profissão, desde sua origem, majoritariamente feminina e ligada ao ‘cuidado’, deve-se considerar que o debate de gênero seja necessário na formação de assistentes sociais”. Essa perspectiva se revelaria como importante peça no processo de lutas contra hegemônicas a serem fortalecidas tanto na sociedade como na profissão.

Destaca-se que em relação ao Serviço Social e a categoria teórica gênero, há algumas críticas a respeito desses processos de resistência. No que refere as produções realizadas por assistentes sociais, o conceito de gênero é muito utilizado como sinônimo de mulheres. “As pesquisas acabam enfocando a questão da mulher ou das mulheres e menos as relações de gênero propriamente ditas”, afirma Alves (2018, p. 283).

De outro ponto de vista, Lole (2016) destaca em sua produção, as contribuições de gênero no âmbito da formação profissional. “[...] Apesar de o debate de gênero ser crescentemente incorporado pelo Serviço Social na atualidade, ainda temos alguns sinais no interior da profissão de uma ‘subalternidade’ dos estudos de gênero,

⁷ Movimento social é a expressão da organização da sociedade civil, formada por ações coletivas onde os indivíduos têm como objetivo alcançar mudanças sociais através do debate político dentro de um determinado contexto na sociedade. Alguns exemplos de movimentos sociais são: Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgênero (LGBT), feminista, negro, entre outros. (GOHN, 2011).

especialmente no plano dos currículos de Serviço Social (LOLE, 2016, p. 557), alertando para as expressões e efeitos decorrentes dessa carência acadêmica aos futuros/as assistentes sociais.

A percepção das autoras sobre as estratégias de resistência do Serviço Social referente a elementos característicos do patriarcado segue o caminho da necessidade de uma maior produção do conhecimento oriunda da área, no que se refere às questões de gênero e de feminismo. As possibilidades obtidas desse movimento reúnem perspectivas para os/as assistentes sociais como o conhecimento crítico da identidade feminina da profissão e a apreensão ideológica de relações patriarcais e de gênero, que se expressam no cotidiano profissional, rumo a uma intervenção profissional mais fortalecida, etc.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa teve como principal objetivo, analisar as relações que se estabelecem entre Serviço Social e patriarcado, de modo a apreender as influências desse fenômeno na profissão. Porém, a pesquisa demonstrou elementos que se apresentaram além da profissão, evidenciando aspectos do patriarcado, também em sociedade. Inicialmente serão apontados dados levantados a partir do referencial teórico desse estudo, para posteriormente articulá-los aos resultados constatados na análise dessa pesquisa.

Com base no referencial teórico, permitiu-se conceituar a categoria patriarcado como uma formação histórica e social que se constituiu há milênios de anos. Entre suas representações nas relações sociais, se denota a dimensão ideológica, a qual atribui poderes supremos aos homens, enquanto às mulheres se determinam processos de dominação-exploração. Se evidenciou que o patriarcado ao ser incorporado pelo capitalismo forma um sólido sistema de desigualdades sociais, mais intensas e cristalizadas, sobretudo às mulheres, o que acarreta na restrição de uma possível nova sociedade fundamentada na igualdade.

A revisão de literatura também proporcionou uma apreensão em torno das relações entre Serviço Social e patriarcado, destacando o processo histórico de origem do Serviço Social, e enfatizando a questão do predomínio de assistentes sociais do sexo feminino na profissão, bem como em torno dos/as usuários/as atendidos/as por esses/as profissionais, que também se constitui majoritariamente por mulheres, além ainda de suas demandas, que giram em torno das questões de gênero.

A fundamentação teórica demonstrou no que se refere à perspectiva de resistência do Serviço Social em relação a esses valores patriarcais, a reafirmação do Projeto Ético-Político, bem como uma formação continuada e a produção do conhecimento constante pela categoria profissional. A profissão articulada a esses elementos, possui capacidade crítica suficiente para construir medidas de enfrentamento a diversas contradições que se manifestarem em seu cotidiano profissional.

Tendo em vista essas constatações apresentadas a partir do referencial teórico, busca-se na sequência elucidar os resultados obtidos a partir da análise dos dados. Destaca-se inicialmente, que de forma aleatória, a produção do conhecimento que integrou a amostra dessa pesquisa é composta pela autoria de mulheres. E ao considerar as discussões que agregaram essas apreciações teóricas, se possibilita refletir o quanto

as mulheres estão ocupando seu lugar de fala ao revelar, como protagonistas, o processo histórico e contínuo perpassado pela figura feminina.

Os objetivos específicos que guiaram essa pesquisa foram contemplados com êxito, tendo em vista o percurso metodológico perpassado. Com a finalidade de resolver o primeiro objetivo específico, foi realizado um levantamento da produção do conhecimento na área do Serviço Social, que relacionasse a profissão com o patriarcado. Esse levantamento apresentou uma quantia imensa de artigos científicos, que foram filtrados com base nos critérios de seleção, resultando em uma amostra de 6 (seis) produções teóricas.

Foi a partir desse levantamento que se identificou uma tímida presença da temática que relaciona Serviço Social e patriarcado. Porém, ao se evidenciarem nessa busca, artigos centralizados em discussões que envolviam a profissão e as questões de feminismo, gênero, relações sociais de sexo e divisão sexual do trabalho, decidiu-se acrescentá-las à amostra do presente estudo, ao considerar que se associam essencialmente. Essas categorias são denominadas como empíricas e diante dessa pesquisa, constatou-se que não podem ser desconectadas da questão do patriarcado.

O segundo objetivo específico se propôs identificar na produção do conhecimento, a relação entre Serviço Social e patriarcado, a partir de elementos históricos, econômicos e políticos. Nesse sentido, especificamente na dimensão histórica, foi revelada a questão da gênese da profissão, marcada profundamente pelo gênero feminino, ao considerar seu processo de instauração, constituído majoritariamente por mulheres, um processo que ainda no século XXI, carrega essas configurações. Essa constatação reafirma o que o referencial teórico apresentou no que se refere aos elementos que se encontram entre Serviço Social e patriarcado.

Como elemento econômico, não deixando de ser igualmente histórico, foi revelado o processo de contradição entre capital e trabalho, questão excepcionalmente vinculada ao Serviço Social, visto que, a profissão nasceu em meio a esse horizonte coadunado aos princípios cristãos da igreja. Além disso, a contradição capital/trabalho é responsável por determinar diversas expressões de desigualdade da questão social, a qual é o objeto de trabalho dos/as assistentes sociais.

Na análise, a questão do feminismo se apresenta como vinculada aos elementos políticos, em uma perspectiva de resistência, onde a partir do envolvimento do Serviço Social com lutas e movimentos coletivos, organizados por mulheres, contribui a luz da

teoria social crítica com o enfrentamento dessas expressões de desigualdade da questão social.

Importante mencionar que as dimensões históricas, econômicas e políticas não se situam de forma isolada, há um cruzamento entre essas, e ainda se inserem nessa questão, outras perspectivas, como ideológicas, culturais, entre outras. Destaca-se que ao responder esse objetivo específico, foi perceptível observar a presença das categorias empíricas já mencionadas, se tornando necessário serem adentradas nessa discussão diante seus conceitos e relações, pois se associam consideravelmente ao patriarcado.

Uma das categorias empíricas, se refere ao feminismo, apreendida a partir da análise dos dados, como um movimento que se integra por práticas políticas organizadas por mulheres. Seu objetivo trata de denunciar, enfrentar e resistir contra suposições definidas como “naturais” por estruturas patriarcais-racistas-capitalistas, cujas determinações se manifestam diretamente ao gênero feminino.

Em relação à categoria gênero, foi apreendida como uma construção social que estabelece comportamentos definidos para cada sexo, sendo instaurados nas subjetividades mentais dos sujeitos. Esses comportamentos se apresentam como naturalizados em sociedade e transitam entre diversas culturas específicas. Como elemento de consequência, se apresentou a fixação da binaridade de gênero.

O feminismo, inicialmente, se relacionou à discussão de gênero no aspecto histórico de suas lutas. Amplia a sua concepção política, a partir do momento em que o feminismo buscou denunciar as desigualdades ditas como “naturais” ao gênero, que influenciaram nas configurações sociais, culturais e econômicas no Brasil. Tais desigualdades foram, portanto, construídas socialmente e definidas a partir de comportamentos designados para homens e mulheres.

Nessa perspectiva de gênero, também entra a questão do patriarcado. Com base nas referências analisadas, entendeu-se que patriarcado é uma estrutura societária de poder que demarca nas relações sociais a dominação/exploração/opressão perpassada pelas mulheres. Sua estruturação é direcionada na atribuição de privilégios aos homens, logo qualquer sociedade organizada pela dominação masculina sobre a feminina, é patriarcal. O conceito de patriarcado evidenciado na análise se associa a concepção que se apresentou no referencial teórico.

Ficou evidente nas produções analisadas que as determinações estruturais advindas do patriarcado estão vinculadas à questão de gênero, pois mesmo que tenham

conceitos distintos, se associam, e resultam em desigualdades estruturais e ideológicas dentro do modo de produção capitalista.

Com isso, constatou-se que essas relações que são patriarcais e de gênero estabelecem as desigualdades sociais vivenciadas pelas mulheres, tanto na esfera privada como na pública. Essas relações, no âmbito da produção capitalista foram constatadas pela autora Cisne (2018), como relações sociais de sexo.

As relações sociais de sexo abarcariam, nesse sentido, uma concepção mais ampliada de gênero ao relacioná-la ao patriarcado. Pois, as relações sociais de sexo, segundo a autora, são uma construção social ideológica, onde categorias como trabalho, relação entre produção e reprodução e classe social são reinterpretadas a partir do ponto de vista das mulheres. Essa construção contraditória, estrutura definições de práticas para homens e mulheres.

Quando as relações sociais de sexo se articulam à divisão sexual do trabalho - forma de organização social do trabalho - se estabelece antagonismos e hierarquias entre esse sistema binário na esfera material, ou seja, no âmbito do trabalho no modo de produção capitalista. O gênero masculino, nesse sentido, se suprema ao feminino face às suas ocupações e remunerações. Onde, o trabalho feminino, apresenta atributos considerados naturais ao gênero feminino com o intuito de desqualificá-lo e desvalorizá-lo.

Em suma, o patriarcado e o gênero impõem determinadas contradições em distintos espaços societários no modo de produção capitalista, onde essas relações se moldam, porém sua essência em oprimir a mulher permanece. Além de oprimir a mulher, também a domina, ao situá-la nas relações sociais de sexo, as quais são reforçadas pelo sistema patriarcal, pois além de classificar o que seria “trabalho de homem” e “trabalho de mulher”, institui condições inferiores às mulheres, a partir da divisão sexual do trabalho, ou seja, para além de oprimir e dominar, a explora.

Se direcionando a perspectiva de enfrentamento a esses elementos que desvalorizam a mulher como sujeito de direitos em sociedade, busca-se apresentar a resolução do terceiro e último objetivo específico, que trata de apreender as estratégias de resistência do Serviço Social referente a essas reproduções ideológicas, determinadas tanto em sociedade, quanto na profissão.

No que se refere aos elementos de resistência na sociedade, apresentados pelas autoras, identificou-se 3 estratégias: a consciência de classe, que se trata da desalienação dos processos contraditórios do capitalismo inseridos no cotidiano dos sujeitos; a

revolução, intelectual e cultural de modo a superar a lógica binária; e a efetivação de políticas públicas incorporadas pela questão de gênero, em uma perspectiva de emancipação política. Esse conjunto evidenciado sobre possíveis estratégias de resistência em relação às dominações que implicam em desigualdade patriarcal e de gênero na sociedade, se vinculam, portanto, à percepção de uma emancipação humana.

Quanto às relações de resistências que partem especificamente do Serviço Social em relação ao patriarcado, foi constatada as seguintes estratégias: a necessidade desses/as profissionais de se reconhecerem como sujeitos históricos inseridos em relações de desigualdade de gênero, de modo a deslegitimar essa perspectiva da profissão, por meio da produção do conhecimento em Serviço Social; outro elemento identificado, foi a constituição de um aporte teórico-metodológico relacionado ao feminismo e ao método dialético-crítico, para fins de apreensões concretas dos amplos fenômenos que surgem em suas demandas, relacionados a questão de gênero; também se apresentou como estratégia de resistência, a necessidade de uma formação acadêmica do curso de Serviço Social que se vincule as temáticas de gênero e feminismo, no que se refere a consciência antipatriarcal, antirracista e anticapitalista.

Diante disso, as estratégias de resistência do Serviço Social apresentadas evidenciam, em suma, a ampliação da produção do conhecimento dessa área profissional no que se refere às questões de feminismo e gênero. Além da produção do conhecimento explicitada na análise, há também a formação continuada e a reafirmação do projeto ético-político da profissão, conforme evidenciado no referencial teórico, que de forma imprescindível, contribuem para a apreensão crítica dos fenômenos.

A partir do exposto, resolveu-se o objetivo geral da pesquisa referente as relações entre Serviço Social e patriarcado, bem como as influências desse fenômeno sobre a profissão. Conclui-se que as relações que se encontram entre essas duas categorias teóricas – tanto no referencial teórico como na análise dos dados – se relacionam de 3 (três) formas: no trabalho dos/das assistentes sociais, visto que se constitui majoritariamente por mulheres; no público usuário/a desses/as profissionais, igualmente composto pelo sexo feminino de forma predominante; e, nas demandas que emergem no cotidiano profissional, que prevalecem em questões de gênero.

Como proposições é possível apontar como estratégia a necessidade de uma maior produção do conhecimento do Serviço Social em relação ao patriarcado, de forma a contribuir com a formação e o trabalho profissional. Bem como em um aprimoramento intelectual desses/as profissionais por meio da formação continuada, que

permita adquirir novos e atualizados conhecimentos sobre essa discussão. A reafirmação do projeto ético-político do Serviço Social articulado a essas estratégias, denota uma perspectiva de enfrentamento e crítica desses aspectos dominantes incorporados ao meio social.

Por fim, ao considerar a pouca produção que relaciona “Serviço Social e patriarcado”, se faz necessário ampliar essas discussões, de modo a contribuir para a apreensão de suas perspectivas em âmbito acadêmico e profissional. Trata-se de um debate amplo que agrega outras relações, como gênero, feminismo, relações sociais de sexo, divisão sexual do trabalho, entre outras, portanto a importância em defini-las e apreendê-las nesse estudo. A partir disso, os profissionais ao reafirmarem o projeto ético-político, incorporam uma atuação ética e política com o intuito de construir estratégias de resistência aos aspectos que geram desigualdade social.

REFERÊNCIAS

ALVES, Andrea Moraes. **Pensar o Gênero: diálogos com o Serviço Social**. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 132, p. 268-286, ago. 2018. Disponível em:

<https://www.scielo.br/pdf/sssoc/n132/0101-6628-sssoc-132-0268.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2021.

ASSUNÇÃO, Bárbara Damasceno *et al.* **Serviço Social: a importância da pesquisa e da produção do conhecimento da formação ao exercício profissional, uma prática contínua**. Revista Científica Semana Acadêmica ISSN 2236-6717, Fortaleza, v. 1, n. 000025, p. 1-11, jul. 2013. Disponível em:

https://semanaacademica.org.br/system/files/artigos/servico_social-a_importancia_da_pesquisa_e_da_producao_do_conhecimento_da_formacao_ao_exercicio_profissional_uma_pratica_continua_1.pdf. Acesso em: 15 dez. 2020.

AVILA, Fernanda Zeni de. **O Serviço Social e a Luta Feminista na Sociedade e Classes**. 2017. 95 f. TCC (Graduação) - Curso de Serviço Social,, Serviço Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017. Disponível em:

<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/179514>. Acesso em: 28 abr. 2021.

BARDIN, Laurence. **Organização da Análise**. In: BARDIN, Laurence. Análise de Conteúdo. 3. ed. São Paulo: Edições 70, 2016. Cap. 3. p. 125-131. Tradução: Luis Antero Reto e Augusto Pinheiro. Disponível em:

<https://madmunifacs.files.wordpress.com/2016/08/anc3a1lise-de-contec3bado-laurence-bardin.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2021.

BARROCO, Maria Lucia Silva. **Ética e Serviço Social: Fundamentos Ontológicos**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

BARROCO, Maria Lúcia Silva. **Não passarão! Ofensiva Neoconservadora e Serviço Social**. Revista Serviço Social e Sociedade, nº 124, p. 623-636, out./dez. São Paulo, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/sssoc/n124/0101-6628-sssoc-124-0623.pdf>. Acesso em: 10 de nov. 2020.

BARROSO, Milena Fernandes. **Notas Para o Debate das Relações de Exploração-Opressão na Sociedade Patriarcal-Racista-Capitalista**. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 133, p. 446-462, dez. 2018. Disponível em:

<https://www.scielo.br/pdf/sssoc/n133/0101-6628-sssoc-133-0446.pdf>. Acesso em: 08 abr. de 2021.

BATISTA, Barbara de Castro. **Gênero, Cultura e Serviço Social: uma articulação possível e necessária**. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO. Centro de Ciências Humanas. Escola de Serviço Social. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <http://www.unirio.br/cchs/ess/tccs/tcc-barbara-de-castro>. Acesso em 12 de dez. 2020.

BOLZAN, Débora de Paula. **Serviço Social e Gênero: a marca histórica de uma profissão feminizada**. Caderno Espaço Feminino, Uberlândia-Mg, v. 28, n. 1, p. 311-334, jun. 2015. Disponível em:

<http://www.seer.ufu.br/index.php/neguem/article/view/26950>. Acesso em: 4 nov. 2020.

BRASIL. **Código de Ética do/a Assistente Social / Lei 8.662/93 de Regulamentação da Profissão**. 10. ed. Brasília: CFESS, 2012. 62 p. Disponível em: http://www.cresspr.org.br/site/wp-content/uploads/2010/08/CEP_CFESS-SITE.pdf. Acesso em: 28 abr. 2021.

BRASIL. **Lei nº 9.610**, de 19 de fevereiro de 1988. Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências. Brasília. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19610.htm. Acesso em: 27 abr. 2021.

CARDOSO, Priscila Fernanda Gonçalves. **80 Anos de Formação em Serviço Social: uma trajetória de ruptura com o conservadorismo**. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 127, p. 430-455, dez. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/sssoc/n127/0101-6628-sssoc-127-0430.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2021.

CARLI, Ranieri. **A Política em György Lukács**. v. 49. São Paulo: Cortez, 2013. (Questões da nossa época).

CARLOTO, Cássia Maria; MARIANO, Silvana Aparecida. **No Meio do Caminho Entre o Privado e o Público: um debate sobre o papel das mulheres na política de assistência social**. Estudos Feministas, Florianópolis, v. 2, n. 18, p. 451-471, ago. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ref/v18n2/09.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2021.

CARNOY, Martin. Estado e Teoria Política. 2 ed. Campinas, SP: Papirus, 1988.

CARTAXO, Ana Maria B.; MANFROI, Vania Maria.; SANTOS, Maria Teresa dos. **Formação Continuada: implicações e possibilidades no exercício profissional do assistente social**. Revista Katálysis, v. 15, nº 2, p. 239-253, jul./dez. 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/S1414-49802012000200010/24946>. Acesso em: 13 de dez. 2020.

CFESS, Conselho Federal de Serviço Social. **Série Assistente Social no Combate ao Preconceito: Machismo**. Brasília, 2019. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS-Caderno06-Machismo-Site.pdf>. Acesso em: 05 de nov. 2020.

CISNE, Mirla. **Feminismo e Marxismo: apontamentos teórico-políticos para o enfrentamento das desigualdades sociais**. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 132, p. 211-230, ago. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/sssoc/n132/0101-6628-sssoc-132-0211.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2021.

CISNE, Mirla; SANTOS, Silvana Mara M. **Feminismo, Diversidade Sexual e Serviço Social**. São Paulo: Cortez Editora, 2018.

COSTA, Renata Gomes da; PINHEIRO, Paulo Wesley Maia. **Serviço Social e Relações Sociais de Sexo: uma articulação necessária**. Temporalis: Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, Brasília (DF), v. 16, n. 31, p. 357-377, jun. 2016. Disponível em:

<http://www.cressrn.org.br/files/arquivos/3c81A52BH1C47ip9Gi01.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2021.

DAVIS, Angela. **Mulher, Raça e Classe**. São Paulo: Boitempo, 2016. 171 p. Disponível em: <https://joacamillopenna.files.wordpress.com/2017/08/davis-angela-mulher-raca-e-classe-cap-11-p-116.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2021.

DELPHY, Christine. **Teorias do Patriarcado**. In: HIRATA, Helena et al (org.). Dicionário Crítico do Feminismo. [S.l]: UNESP, 2009. p. 173-178. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4098403/mod_resource/content/1/Kergoat%20p.67-75%20in%20Dicionario%20critico%20do%20feminismo%202009.pdf. Acesso em: 28 dez. 2020.

DIAS, Daiana Nardino; ZUCCO, Luciana Patricia. **De Mulher para Mulher: o debate de gênero no serviço social**. Revista Feminismos, [s. l], v. 3, n. 2, p. 91-102, dez. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/30150/17821>. Acesso em: 24 abr. 2021.

DURIGUETTO, Maria Lúcia; ALAGOANO, Verônica Medeiros. **O Movimento Feminista na Produção Acadêmica dos Cursos de Pós-Graduação em Serviço Social**. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 132, p. 231-251, ago. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/sssoc/n132/0101-6628-sssoc-132-0231.pdf>. Acesso em: 03 de mar. de 2021.

ENGELS, Friederich. **A Família**. In: ENGELS, Friederich. A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado. 9. ed. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira S.A., 1984. Cap. 2. p. 28-90. (Ciências Sociais). Tradução de Leandro Konder. Disponível em: https://www.pstu.org.br/FormacaoConteudo/Livros/07_OK_Engels-Origem-da-familia-do-estado.pdf. Acesso em: 08 abr. 2021.

FAURY, Mirian. **Estudando as Questões de Gênero em Serviço Social**. Pro-Posições, Campinas, v. 14, n. 1, p. 107-119, abr. 2003. Disponível em: <https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/2178/40-dossie-faurym.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2021.

FORTUNA, Sandra Lourenço de Andrade; GUEDES, Olegna de Souza. **A Produção do Conhecimento e o Projeto Ético-Político do Serviço Social**. Revista Katálysis, Florianópolis, v. 23, n. 1, p. 34-42, abr. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/1982-02592020v23n1p25/42508>. Acesso em: 14 dez. 2020.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projeto de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. 175 p. Disponível em: http://www.uece.br/nucleodelinguasitaperi/dmdocuments/gil_como_elaborar_projeto_de_pesquisa.pdf. Acesso em: 21 dez. 2020.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. 200 p. Disponível em: <https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9nicas-de-pesquisa-social.pdf>. Acesso em: 21 dez. 2020.

GOHN, Maria da Glória. **História dos Movimentos e Lutas Sociais: A Construção da Cidadania dos Brasileiros**. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

HOOKS, Bell. **Luta de Classes Feminista**. In: HOOKS, Bell. *O Feminismo é Para Todo Mundo: políticas arrebatadoras*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018. Cap. 7. p. 65-70. Tradução de Ana Luiza Libânio. Disponível em: <https://docero.com.br/doc/csecn0>. Acesso em: 13 abr. 2021.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000. 353 p. Disponível em: <https://wandersoncmagalhaes.files.wordpress.com/2013/07/livro-o-servico-social-na-contemporaneidade-marilda-iamamoto.pdf>. Acesso em: 3 dez. 2020.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 19. ed. São Paulo: Cortez, 2006. Cap. 1. p. 29-45. Disponível em: <http://www.unirio.br/cchs/ess/Members/morena.marques/disciplina-servico-social-e-processos-de-trabalho/bibliografia/livro-relacoes-sociais-e-servico-social/view>. Acesso em: 26 abr. 2021.

KERGOAT, Daniéle. **Divisão Sexual do Trabalho e Relações Sociais de Sexo**. In: HIRATA, Helena *et al* (org.). *Dicionário Crítico do Feminismo*. São Paulo: Unesp, 2009. p. 67-75. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4098403/mod_resource/content/1/Kergoat%20p.67-75%20in%20Dicionario%20critico%20do%20feminismo%202009.pdf. Acesso em: 11 abr. 2021.

KOHAN, Néstor. **Dicionário Básico de Categorias Marxistas**. 5. ed. [S. l.]: Xerfas Edições, 2017. 15 p. Disponível em: <https://pcb.org.br/portal/docs1/texto3.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2021.

KONDER, Leandro. **O que é Dialética**. 28. ed. São Paulo: Brasiliense, 2008. Disponível em: <http://afoiceomartelo.com.br/posfsa/Autores/Konder,%20Leandro/O%20que%20e%20dialectica.pdf>. Acesso em: 24 nov. 2020.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969. 233 p. Tradução de Célia Neves e Alderico Toríbio. Disponível em: <https://pdfcoffee.com/qdownload/karel-kosik-dialectica-do-concreto-1pdf-pdf-free.html>. Acesso em: 15 dez. 2020.

LERNER, Gerda. **A Criação do Patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens**. São Paulo: Cultrix, 2019. Tradução Luiza Sellera. Disponível em: <https://docero.com.br/doc/xnx1e85>. Acesso em: 27 nov. 2020.

LIMA, Rita de Lourdes de. **Formação Profissional em Serviço Social e Gênero: algumas considerações**. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 117, p. 45-68, mar. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/sssoc/n117/04.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2021.

LISBOA, Teresa Kleba. **Gênero, Feminismo e Serviço Social – encontros e desencontros ao longo da história da profissão.** Revista Katálysis, Florianópolis, v. 13, p. 66-75, jun. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rk/v13n1/08.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2021.

LOLE, Ana. **Gênero e Serviço Social: uma análise a partir do paradigma indiciário.** Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 127, p. 555-573, dez. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/sssoc/n127/0101-6628-sssoc-127-0555.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2021.

MACHADO, Bárbara Araújo. **Interseccionalidade, Consustancialidade e Marxismo: debates teóricos e políticos.** Colóquio Internacional Marx e o Marxismo: De O capital à Revolução de Outubro (1867 – 1917), Niterói, p. 1-19, 2017. Anais do Colóquio Internacional Marx e o Marxismo. Disponível em: <https://www.niepmarx.blog.br/MManteriores/MM2017/anais2017/MC18/mc181.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2021.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003. 310 p. Disponível em: https://docente.ifrn.edu.br/olivianeta/disciplinas/copy_of_historia-i/historia-ii/china-e-india. Acesso em: 10 nov. 2021.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Pesquisa Qualitativa: um instigante desafio.** São Paulo: Veras Editora, 1999.

MARX, Karl. **Sobre a Questão Judaica:** inclui as cartas de marx a ruge publicadas nos anais franco-alemães. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010. 139 p. Tradução de Daniel Bensaïd, Wanda Caldeira Brant. Disponível em: <http://petdireito.ufsc.br/wp-content/uploads/2013/03/Karl-Marx-Sobre-a-questao-Judaica.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2021.

MATHIEU, Nicole-Claude. **Sexo e Gênero.** In: HIRATA, Helena *et al* (org.). Dicionário Crítico do Feminismo. São Paulo: Unesp, 2009. p. 222-231. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4098403/mod_resource/content/1/Kergoat%20p.67-75%20in%20Dicionario_critico_do_feminismo%202009.pdf. Acesso em: 20 abr. 2021.

MIGUEL, Luis Felipe. **Voltando à Discussão Sobre Capitalismo e Patriarcado.** Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 25, n. 3, p. 1219-1237, dez. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ref/v25n3/1806-9584-ref-25-03-01219.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2021.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O Desafio da Pesquisa Social.** In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. 28. ed. Petrópolis: Vozes, 2009. Cap. 1. p. 9-29. Disponível em: <https://www.mobilizadores.org.br/wp-content/uploads/2015/03/MINAYO-M.-Cec%C3%ADlia-org.-Pesquisa-social-teoria-m%C3%A9todo-e-criatividade.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2020.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Classe Social, Consciência de Classe e Lutas**: consciência e ideologia. In: MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. Estado, Classe e Movimento Social. São Paulo: Cortez, 2010. Cap. 2. p. 105-109. Biblioteca Básica do Serviço Social; v. 5. Disponível em: <https://docero.com.br/doc/n81vccv>. Acesso em: 15 abr. 2021.

NETTO, José Paulo. **A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social**. In: Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo 1. Brasília: CEAD/ABEPSS/CFESS, 1999. Disponível em: http://www.fnepas.org.br/pdf/servico_social_saude/texto2-1.pdf. Acesso em: 11 dez. 2020.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao Estudo do Método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011. 64 p. Disponível em: <http://www.gepec.ufscar.br/publicacoes/livros-e-colecoes/livros-diversos/introducao-aos-estudos-do-metodo-de-marx-j-p-netto.pdf>. Acesso em: 01 maio 2021.

OLIVEIRA, Leidiane Souza de; MEDEIROS, Milena Gomes de. **Capitalismo, Patriarcado e Serviço Social**: reivindicações feministas na agenda profissional contemporânea. *Temporalis: Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social*, Brasília (DF), v. 15, n. 29, p. 265-288, jun. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/index.php/temporalis/article/view/7240>. Acesso em: 08 abr. 2021.

PONTES, R. N. **Mediação: categoria fundamental para o trabalho do assistente social**. In: Capacitação em Serviço Social e política social: Módulo 4. Brasília: CEAD, 2000.

PUGA, Vera Lúcia. **Trabalho Feminino/Profissões Femininas**. In: COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antonio (orgs.). *Dicionário Crítico de Gênero*. 2. ed. Dourados, MS: Universidade Federal da Grande Dourados, 2019. p. 708-712. Disponível em: <https://omp.ufgd.edu.br/omp/index.php/livrosabertos/catalog/view/2/2/29-1>. Acesso em: 14 abr. 2021.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social**: métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

SAFFIOTI, Heleieth Iara B. **Gênero, Patriarcado e Violência**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015. 144 p. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1741437/mod_resource/content/1/G%C3%AAnero%2C%20Patriarcado%2C%20Viol%C3%Aancia%20%20%28livro%20completo%29.pdf. Acesso em: 08 abr. 2021.

SCHWEBEL, Dominique F. **Movimentos Feministas**. In: HIRATA, Helena *et al* (org.). *Dicionário Crítico do Feminismo*. São Paulo: Unesp, 2009. p. 144-149. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4098403/mod_resource/content/1/Kergoat

[%20p.67-75%20in%20Dicionario critico do feminismo%202009.pdf](#). Acesso em: 11 abr. 2021.

SCOTT, Joan. **Gênero**: uma categoria útil de análise histórica. Educação & Realidade, [s. l], v. 15, n. 2, p. 71-99, dez. 1995. Tradução de Guacira Lopes Louro. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71721/40667>. Acesso em: 15 abr. 2021.

SILVA, Christiane Pimentel e. **O Método Em Marx**: a determinação ontológica da realidade social. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 134, p. 34-51, abr. 2019. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.164>. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/sssoc/n134/0101-6628-sssoc-134-0034.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2020.

SOUSA, Marília de Oliveira de; SIRELLI, Paula Martins. **Nem Santa, Nem Pecadora: novas roupagens, velhas dicotomias na coisificação da mulher**. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 132, p. 326-345, ago. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/sssoc/n132/0101-6628-sssoc-132-0326.pdf>. Acesso em: 03 mar. de 2021.

TEIXEIRA, Joaquina Barata; BRAZ, Marcelo. **O Projeto Ético-Político do Serviço Social**. In: Conselho Federal do Serviço Social - CFESS (org.). Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília: CFESS e ABEPSS, 2009. Cap. 24. p. 185-200. Disponível em: <http://www.unirio.br/unirio/cchs/ess/Members/morena.marques/disciplina-servico-social-e-processos-de-trabalho/bibliografia/livro-completo-servico-social-direitos-sociais-e-competencias-profissionais-2009/view>. Acesso em: 16 abr. 2021.

TIBURTINO, Lidiane Cavalcante. **Relações de Gênero e Processos de Trabalho no Serviço Social**. Temporalis: Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, Brasília (Df), v. 15, n. 29, p. 247-264, jun. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/7190>. Acesso em: 22 abr. 2021.

XAVIER, Yanko Marcius de Alencar; CONSANI, Cristina Foroni. **Sobre o Conceito de Liberdade em Amartya Sen**. FIDES: Revista de Filosofia do Direito, do Estado e da Sociedade, Natal, v. 6, n. 1, p. 381-395, jun. 2015. Disponível em: <http://revistafides.ufrn.br/index.php/br/article/view/227/234>. Acesso em: 27 abr. 2021

APÊNDICE A – Ficha Bibliográfica.

FICHA BIBLIOGRÁFICA	
IDENTIFICAÇÃO	
Título:	
Ano:	
Autor/a:	
Tipo de documento:	
Revista:	
Área:	
Link:	
Descritor:	
Código:	
OBJETIVO GERAL	
Analisar a relação do Patriarcado com o Serviço Social na produção do conhecimento – artigos científicos na área de Serviço Social – a partir do ano de 2000 no Brasil, de modo a apreender as influências desse fenômeno na profissão.	
DADOS COLETADOS	OBSERVAÇÕES
OBJETIVO ESPECÍFICO 1: Levantar a produção do conhecimento – artigos científicos da área do Serviço Social – que abordam a relação entre Patriarcado e Serviço Social a partir do ano de 2000 no Brasil.	
1.1 Quantos artigos formaram a amostra?	
1.2 Quais as principais características apresentadas nos artigos?	
1.3 De forma geral, o que os artigos se objetivam apresentar?	
OBJETIVO ESPECÍFICO 2: Identificar elementos históricos, políticos e econômicos na produção do conhecimento da área de Serviço Social que evidenciam possíveis relações, ou não, entre o Patriarcado e a profissão.	
2.1 Qual o conceito de patriarcado?	
2.2 Qual o conceito de gênero?	
2.3 Qual o conceito de feminismo?	
2.4 Qual o conceito de relações sociais de sexo?	
2.5 Qual o conceito de divisão sexual do	

trabalho?	
2.6 Quais as relações entre o patriarcado e o Serviço Social que se apresentam nos artigos?	
2.7 Quais elementos históricos se apresentam envolvendo o patriarcado e o Serviço Social?	
2.8 Quais elementos econômicos se apresentam envolvendo o patriarcado e o Serviço Social?	
2.9 Quais elementos políticos se apresentam envolvendo o patriarcado e o Serviço Social?	
OBJETIVO ESPECÍFICO 3: Aprender estratégias do Serviço Social que visam à resistência da reprodução da ideologia patriarcal na profissão.	
3.1 No Serviço Social existem aspectos que podem se caracterizar como reproduções ideológicas do patriarcado?	
3.2 Quais estratégias de resistência do Serviço Social se apresentam contra o patriarcado?	
3.3 Como os artigos identificam o que seria resistência da reprodução da ideologia patriarcal?	
3.4 Como os artigos identificam o que seria resistência da reprodução da ideologia patriarcal na profissão?	
3.5 Qual o processo de intervenção (prática) do Serviço Social na questão do patriarcado?	

APÊNDICE B - Universo e Amostragem.

Descritor 1 - Serviço Social e Patriarcado		
Revista	Universo	Amostra
Serviço Social & Sociedade	3	1
Descritor 2 - Serviço Social e Gênero		
Revista	Universo	Amostra
Katálysis	7	1
Serviço Social & Sociedade	13	3
Descritor 3 - Serviço Social e Feminismo		
Revista	Universo	Amostra
Katálysis	1	0
Serviço Social & Sociedade	5	1
Descritor 4 - Produção do Conhecimento e Patriarcado		
Revista	Universo	Amostra
Serviço Social & Sociedade	1	0
Descritor 5 - Produção do Conhecimento e Gênero		
Revista	Universo	Amostra
Estudos Feministas	2	0
Serviço Social & Sociedade	1	0
Sociedade e Estado	2	0
Descritor 6 - Produção do Conhecimento e Feminismo		
Revista	Universo	Amostra
Serviço Social & Sociedade	1	0
Descritor 7 - Produção do Conhecimento e Relações Sociais de Sexo		
Revista	Universo	Amostra
Serviço Social & Sociedade	1	0
Descritor 8 - Produção do Conhecimento e Divisão Sexual do Trabalho		
Revista	Universo	Amostra
Serviço Social & Sociedade	1	0
Descritor 9 - Produção Acadêmica e Patriarcado		
Revista	Universo	Amostra
Serviço Social & Sociedade	1	0
Descritor 10 - Produção Acadêmica e Gênero		
Revista	Universo	Amostra
Serviço Social & Sociedade	1	0
Descritor 11 - Produção Acadêmica e Feminismo		
Revista	Universo	Amostra
Serviço Social & Sociedade	1	0
Descritor 12 - Produção Acadêmica e Relações Sociais de Sexo		
Revista	Universo	Amostra
Serviço Social & Sociedade	1	0
Descritor 13 - Produção Acadêmica e Divisão Sexual do Trabalho		
Revista	Universo	Amostra
Serviço Social & Sociedade	1	0
Descritor 14 - Patriarcado		
Revista	Universo	Amostra
Katálysis	4	0

Serviço Social & Sociedade	3	0
Sociedade e Estado	1	0
Descritor 15 - Patriarcal		
Revista	Universo	Amostra
Katálysis	2	0
Serviço Social & Sociedade	2	0
Sociedade e Estado	4	0
Descritor 16 - Divisão Sexual do Trabalho		
Revista	Universo	Amostra
Estudos Feministas	1	0
Katálysis	4	0
Serviço Social & Sociedade	4	0
Sociedade e Estado	6	0
Descritor 17 – Relações Sociais de Sexo		
Revista	Universo	Amostra
Estudos Feministas	1	0
Serviço Social & Sociedade	5	0
Sociedade e Estado	2	0
TOTAL:	Universo: 82	Amostra: 6